



O BRASIL REAL E A BUSCA DE SAÍDAS

Sugestão de Keynes de eutanásia ao rentista continua na ordem do dia!
Por Raulfo Vidigal, **página 2**



A FORÇA DA MULHER NA ECONOMIA

Mulheres são maioria em empregos formais e são 47% dos empreendedores.
Por Aldo Gonçalves, **página 2**



SEM INVESTIMENTO, PRODUTIVIDADE CAI

Debate fica de fora da mudança na escala e na jornada de trabalho.
Por Marcos de Oliveira, **página 3**

Trabalho por hora ameaça descanso semanal

A proposta de ampliação do trabalho remunerado por hora, apresentada por confederações empresariais para se contrapor à redução da jornada e o fim da escala 6x1 representa mais do que uma mudança contratual: pode significar a fragilização de direitos históricos, como o descanso semanal remunerado (DSR). A crítica é feita, em nota, pelas centrais sindicais.

Segundo lideranças dos trabalhadores, a defesa do pagamento estritamente por hora trabalhada, na prática, tende a desestruturar garantias previstas na legislação. O receio é que o modelo substitua a lógica atual de proteção ao trabalhador por uma dinâmica mais flexível, porém mais vulnerável, em que períodos de descanso deixem de ser assegurados de forma clara.

As centrais também veem na proposta um movimento articulado de setores empresariais para ampliar o controle sobre a jornada de trabalho.

Na avaliação dessas entidades, o discurso de “liberdade de escolha” acaba transferindo ao trabalhador o peso de decisões que, na realidade, são condicionadas por necessidade econômica.

“Na vida real, não há igualdade na negociação”, apontam os representantes. Com salários frequentemente insuficientes, muitos trabalhadores acabam aceitando jornadas mais longas ou irregulares para garantir renda mínima, o que pode se ampliar em um sistema baseado exclusivamente em horas trabalhadas.

Outro ponto de crítica é a relação entre o trabalho por hora e o enfraquecimento da negociação coletiva. Para as entidades, a valorização de acordos individuais entre empregado e empregador pode reduzir o papel dos sindicatos, contrariando princípios reconhecidos internacionalmente pela Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A crítica se conecta diretamente à defesa do fim da escala 6x1 e da redução da jornada semanal de 44 para 40 horas. Para os sindicalistas, essas medidas representam um contraponto ao avanço de modelos considerados precários, ao promoverem maior equilíbrio entre tempo de trabalho, descanso e vida pessoal.

O posicionamento é assinado por dirigentes da CUT, Força Sindical, UGT, CTB, CSB, NCST, Intersindical e Pública.

Senado tira recursos da educação e saúde e destina ao agronegócio

Verbas do pré-sal refinanciarão dívidas agrícolas

O Senado aprovou o PL 5.122/2023, projeto que permite o uso de recursos do Fundo Social do Pré-Sal na renegociação de dívidas de produtores rurais afetados por eventos climáticos. O texto vai à sanção da Presidência da República.

A senadora Teresa Leitão (PT-PE) criticou o PL, nesta quarta-feira, antes da aprovação. Ao discursar em Plenário, ela ressaltou que não é contra o apoio a esses produtores rurais, mas defendeu a busca de outras fontes de financiamento para a medida. Teresa disse que a atual destinação dos

recursos do Fundo Social do Pré-Sal (para áreas como educação, saúde, ciência, tecnologia, cultura e assistência social) precisava ser mantida.

A senadora enfatizou que a atual destinação dos recursos do fundo é resultado de uma construção legislativa e de mobilizações de diversos setores da sociedade. Para ela, a utilização desses valores para outras finalidades pode comprometer investimentos considerados estratégicos para o desenvolvimento do país.

“Na prática, para a educação, isso representará menos recursos para investimentos e valorização

de profissionais, comprometendo o pagamento do piso salarial, o desenvolvimento de carreiras, os investimentos na infraestrutura das escolas em tempo integral, das creches, das universidades, dos institutos federais e das escolas de ensino técnico-profissional. Depois do tanto que nós avançamos, podemos regredir”, alertou.

O crédito poderá ser usado para quitação de dívidas de crédito rural, empréstimos e Cédulas de Produto Rural contratados até 31 de dezembro de 2025, renegociadas ou não. Os débitos serão recalculados sem multa, mora e outros encargos por inadimplência.



Marcos Salgado/Xinhua

Estados Unidos exploram petróleo venezuelano e tomam conta das receitas

Após a intervenção liderada pelo governo Donald Trump na Venezuela e a detenção do presidente Nicolás Maduro, autoridades norte-americanas passaram a conceder licenças especiais a empresas internacionais do setor energético para exportar o petróleo venezuelano.

Entre as primeiras beneficiadas estiveram as tradings Vitol e Trafigura, frequentemente alvo de críticas em relação à transparência de suas operações. A denúncia é da EIR.

Com essas autorizações, Vitol e Trafigura iniciaram a comercialização de petróleo venezuelano que permanecia armazenado em tanques e navios ancorados, retidos anteriormente por receio de

apreensões. Na sequência, o governo norte-americano ampliou o escopo das licenças, permitindo que outras empresas — como Chevron, Eni, Repsol e Shell — também comercializassem o produto.

A medida possibilitou a retomada parcial das operações da estatal PDVSA. As exportações foram direcionadas principalmente a clientes considerados tradicionais, como Estados Unidos e Índia, mantendo restrições explícitas a países como China, Rússia, Irã e Cuba.

A Venezuela saiu de cerca de 500 mil barris de petróleo por dia em dezembro de 2025 para aproximadamente 1,25 milhão de barris diários até o fim de maio

de 2026. No acumulado entre janeiro e maio, o volume negociado alcançou cerca de 170 milhões de barris, com destino majoritário aos Estados Unidos e à Índia, além de menores quantidades enviadas à Europa.

Apesar da retomada das vendas, o controle financeiro das transações permanece nas mãos do governo estadunidense. Segundo o arranjo estabelecido, os recursos obtidos com a comercialização do petróleo são arrecadados pelos EUA e depositados em contas sob sua gestão em Nova York. O governo venezuelano, por sua vez, apresenta propostas de orçamento que precisam ser aprovadas pelo Departamento de Estado para liberação de verbas.

Inflação anual dos EUA se aproxima da brasileira

A taxa de inflação ao consumidor (CPI) dos EUA subiu para 4,2% em relação ao ano anterior em maio, um aumento de cinco décimos em relação a abril e a maior alta nos preços desde maio de 2023, há três anos, enquanto persistem os efeitos da guerra no Irã, iniciada há mais de três meses, de acordo com dados do Escritório de Estatísticas do Trabalho do Departamento do Trabalho.

Os preços da energia aumentaram 3,9% no mês de maio, um pouco acima dos 3,8% registrados em abril e após o aumento de 10,9% em março, coincidindo com o início da ofensiva contra o Irã. A inflação dos produtos energéticos representou mais de 60% do aumento mensal do dado global.

Assim, o aumento acumulado nos últimos 12 meses dos preços da energia situa-se em 23,5%, enquanto os alimentos, em termos interanuais, tiveram um aumento de preço de 3,1%.

Nessa linha, a taxa de inflação subjacente, que desconsidera o impacto da volatilidade dos preços da energia e dos alimentos, subiu em maio para 2,9% ao ano, ligeiramente acima dos 2,8% registrados em abril.

Segundo Sara Paixão, analista de Macroeconomia da InvestSmart XP, o avanço de 0,5% em maio veio em linha com as expectativas do mercado financeiro.

Esse cenário, junto à resiliência do mercado de trabalho, “reforça a expectativa de aumento nos juros nos EUA”, projeta Paixão.

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R\$ 5,1947
Dólar Turismo	R\$ 5,3906
Euro	R\$ 5,9944
Iuan	R\$ 0,7618
Ouro (gr)	R\$ 684,07

ÍNDICES

IGP-M	0,84% (maio)	2,73% (abril)
IPCA-E	RJ (março) 0,46%	SP (março) 0,52%
Selic	14,75%	
Hot Money	0,63%	

O Brasil real e a busca de saídas

Por Ranulfo Vidigal

O mercado de trabalho brasileiro apresenta, nos dias atuais, uma taxa média de desocupação, segundo os dados da Pnad Contínua do IBGE, próxima a 6% da PEA. Entretanto, como agravante, a taxa de subutilização, ou seja, pessoas trabalhando menos que 40 horas semanais, soma 15% e, para piorar, a taxa de informalidade soma 38%. Isso representa uma significativa perda potencial de forças produtivas.

Quando olhamos, mais detidamente, o perfil de empregos gerados pelo setor privado brasileiro, revelados pelo Caged/MTE, observamos que na faixa entre 1 e 2 salários mínimos foram criados, em 2025, mais de 1,6 milhão de vagas formais, enquanto na faixa entre 3 salários mínimos e 10 salários mínimos foram eliminadas cerca de 350 mil vagas formais. Ou seja, a economia, mesmo crescendo 3% ao ano, somente

consegue gerar empregos de baixa qualidade e baixa remuneração reduzindo a capacidade do país possuir um robusto mercado de massas.

Quando a economia cresce, vaza para o exterior uma demanda por produtos importados, notadamente, nos setores de tecnologia de ponta, produtos e máquinas sofisticadas, produtos farmacêuticos e insumos agrícolas. Nossa indústria de transformação representa tão somente 9% do PIB, regredindo, após a década de 1980.

Nesse contexto, a família padrão brasileira tem renda média em torno de R\$ 3.700 mensais e gasta mais da metade desse total com itens básicos como alimentos, água, luz, gás, deslocamentos entre a casa e o trabalho e saúde privada. Paga alta carga de impostos indiretos e recebe serviços públicos de baixa qualidade (basta ver as filas do SUS e INSS).

É nesse contexto, que a desaceleração da atividade produtiva demonstrada re-

centemente pelos dados trimestrais do comportamento do Produto Interno Bruto é preocupante. Somos uma sociedade em que, praticamente, 1/4 dos domicílios tem renda complementada por programas sociais embutidas no orçamento público. Na outra margem, a formação bruta de capital fixo – investimentos em máquinas, equipamentos e construção civil pesada – atinge apenas 17% do PIB, contra uma necessidade em torno de 25% para gerar acumulação, capaz de gerar bons empregos.

No tempo presente, a dominância financeira (valorização do capital, sem a mediação da produção de mercadorias) subordina a acumulação produtiva geradora de bons empregos. Predomina o curtuprazismo nos mercados e a tirania da geração de dividendos para os acionistas, impactando os preços das ações das empresas nacionais e internacionais.

Na dimensão do capitalismo atual, a esfera dos derivativos preconiza o

predomínio da especulação (apostas), como locomotiva da apropriação da riqueza, que ainda sequer foi criada (capital fictício). Nesse contexto, riscos e incertezas são agora negociados, na forma de títulos, nos mercados particulares, ao redor do planeta 24 horas por dia.

Sugestão de Keynes de eutanásia ao rentista continua na ordem do dia!

Nesse quadro, a política monetária ultrarrestretriva do Banco Central (definida e apoiada pelo Conselho Monetário Nacional) se insere num quadro onde o endividamento é alto, em decorrência da taxa de juros, e os juros são altos pelo superendividamento. Ufa!

Olhando os tradicionais canais de transmissão da política monetária, a curva de juros que embute uma série de expectativas sugere hoje que o BC vai parar a queda da Selic para atender os agentes rentistas que carregam a volumosa Dívida

Pública de R\$ 8 trilhões. Isso mexe também com o mecanismo de transmissão sobre os portfólios, desvalorizando o valor presente dos fluxos de rendimentos esperados nas ações negociadas na B3.

Há ainda o efeito riqueza, na medida em que os encargos da dívida geram uma renda anual de R\$ 1 trilhão para os detentores dos títulos públicos de baixíssimo risco. Em paralelo, a política monetária também afeta o crédito, encarecendo o custo de capital de giro das empresas, diminuindo a demanda por crédito imobiliário e o apetite dos empreendedores por investimentos reais na expansão dos negócios.

No câmbio, a política monetária produz um diferencial de juros com o exterior que, simplesmente, contamina os preços domésticos e reduz a competitividade de nossos produtos industriais. Em contrapartida, favorece os rentistas a praticarem o mecanismo da arbitragem para ganhar o enorme diferencial de juros

aqui e lá fora.

Trago estas questões estruturais neste artigo do **Monitor Mercantil** porque sei que dificilmente estes pontos serão debatidos com seriedade necessária nesse período eleitoral que se avizinha. Superar essa captura espúria do fundo público se faz urgente.

Temos no nosso país uma Constituição de caráter social democrata que tenta superar o quadro de enorme desigualdade de renda e riqueza que ainda predomina no Brasil. Nesse contexto, uma melhor oferta de bens e serviços públicos poderiam se constituir em mecanismo adequado para o fortalecimento de uma sociedade mais justa e equilibrada.

Não percamossas esperanças, as sociedades não impõem a si desafios que não possam equacionar. A sugestão do economista John Maynard Keynes de eutanásia ao rentista continua na ordem do dia!

*Ranulfo Vidigal
é economista.*

A força da mulher na sociedade e na economia

Por Aldo Gonçalves

O percurso percorrido pelas mulheres brasileiras na sociedade e na economia tem sido marcado por lutas e conquistas na obtenção crescente da equidade com o gênero oposto.

Se antes as mulheres eram consideradas sexo frágil, as gerações de hoje desconhecem a expressão. Com conquistas, passaram a competir em igualdade com os homens, ganhando espaços em praticamente todas áreas e atividades, por meio da competência, capacidade, aptidão e adaptabilidade.

Retrospectivamente, as vitórias sancionaram o poder de contribuição das mulheres no sentido da sociedade mais

justa e moderna, preenchendo relações que pendiam em favor dos homens, desconstruindo o retrocesso.

Assim, em 1932 puderam votar e se candidatar; em 1962 tiveram emancipação, a autonomia para a escolha de não engravidar; depois, a Lei do Divórcio, em 1977, revogou o desquite, oportunizando casamentos; a Lei Maria da Penha, em 2006, coibiu a violência doméstica e familiar contra elas; e em 2015, a tipificação do feminicídio como homicídio qualificado aumentou o peso da lei para infratores.

Os números do mercado de trabalho e empresarial são magníficos quando retratam a participação feminina de maneira absoluta ao competir com os homens.

Exclusivamente no Município do Rio de Janeiro

em 2025, entre admissões e demissões, o saldo do emprego formal atingiu mais de 36 mil. As mulheres foram responsáveis pelo preenchimento de quase 60% das vagas, com quase 22 mil, enquanto os homens responderam por menos, cerca de 18 mil vagas, perto de 40%.

A maior demanda de emprego de mulheres aconteceu junto às micro e pequenas empresas, com mais de 14 mil novos postos; médias e grandes empresas, com mais de 6 mil ocupações; e organizações sem fins lucrativos, com quase 3 mil.

Já a distribuição do emprego feminino por setor da atividade econômica do município carioca indica grande parte alocada nas atividades terciárias, tais como nos

serviços (mais de 15 mil); no comércio (mais de quatro mil); e construção (609).

Os números do empreendedorismo feminino se tornam robustos quando se mede a inserção da mulher no Estado, através das atividades do MEI (microempreendedor individual). No fechamento de 2025, o total somava quase 2 milhões de registros, sendo 839 mil de mulheres (quase 47%).

Mulheres são maioria em empregos formais e são 47% dos empreendedores

No município do Rio de Janeiro a relação aumentou um pouco, destacando proporcionalmente o papel delas junto às iniciativas

microempreendedoras. Na cidade do Rio de Janeiro, as mulheres representam mais de 48%, com 358.600 negócios, enquanto os homens possuem cerca de 387.500.

As mulheres dividem com os homens praticamente todos os segmentos empresariais do MEI e destacam-se com superioridade em atividades mais características, entre elas cabeleireiras; comércio varejista de óticas; promoção de vendas; atividades de tratamento de beleza; serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas.

Apesar desta constatação, o Rio de Janeiro se constitui no principal Estado da Federação em que a participação relativa das mulheres no desenvolvimento

de negócios é maior. Do total de 2,5 milhões de empreendedores, os homens representam 62% (1,55 milhão), ao passo que as mulheres chegam a 38%, com mais de 964 mil empreendedoras.

Todos esses dados evidenciam a força da inserção feminina no mercado de trabalho, como também a capacidade de permanência na ocupação dos postos. Isso tem a ver com o compromisso em favor da empresa, o fato de serem mais estudiosas e dedicadas, dispostas encontrar soluções. Também a questão de que a liderança feminina empodera ao inspirar e influenciar outras mulheres.

*Aldo Gonçalves
é presidente do CDLRio
e SindilojasRio.*

Monitor Mercantil



Monitor Mercantil S/A
Rua Marçílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável
Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial
Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS

Serviços noticiosos:
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912
monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitorsp@monitor.inf.br

Assinatura
Mensal: R\$ 180,00
Plano anual: 12 x R\$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossas edições impressas





FATOS & COMENTÁRIOS

Marcos de Oliveira
Redação do MM
fatos@monitormercantil.com.br

Falta de investimento reduz produtividade

A miopia das confederações empresariais atrapalha que o Brasil aproveite o fim da escala 6x1 e a redução da jornada, de 44 para 40 horas, para debater questões fundamentais, como produtividade e qualidade de vida.

Empresários acostumaram-se a dizer que a baixa produtividade no Brasil é resultado da pouca qualificação do trabalhador. Mas estudos recentes veem essa tese como limitada. O baixo investimento das empresas é um dos principais fatores que limitam a produtividade, que aumentou até a década de 1970 e regrediu depois.

Pegando emprestado uma frase de Leonel Brizola, as causas do baixo investimento vêm de longe; mas nas últimas décadas podem ser atribuídas ao alto custo de capital, vulgo juros elevados. Empresários que ousam investir são levados a buscar uma rentabilidade elevada; mas muitos simplesmente se acostumam a viver da receita financeira.

Tudo isso limita os investimentos e a inovação. O resultado é que a indústria se torna ultrapassada, com produtos feitos com material de qualidade, mas com tecnologia do século passado. A falta de inovação atinge igualmente comércio e serviços.

A modernização das empresas permitira que o aumento da produtividade compensasse a redução da jornada e da escala de trabalho. A melhora na qualidade de vida também traria benefícios. Com a palavra, 2 empresários que se anteciparam às mudanças trabalhistas:

“Mais do que um ajuste operacional, a medida [fim da escala 6x1 e adoção da jornada de 40 horas] reflete uma cultura organizacional baseada na empatia, na escuta ativa e no cuidado com quem impulsiona a empresa todos os dias. Ao promover um ambiente mais saudável e colaborativo, a DLK acredita que todos crescem juntos”, relata Arianny Vianna, cofundadora e diretora criativa da DLK Modas, de Friburgo (RJ).

“Temos a convicção de que os colaboradores satisfeitos e com qualidade de vida são fundamentais para oferecer um atendimento de excelência a nossos clientes”, diz comunicado da rede mineira de supermercados Verdemar, que implantou jornada com 15 dias de folga por mês.

Rápidas

Em 16 de junho de 2026, 8h, o WTC Business Club (SP) receberá o evento “Por que Paraguai?”, iniciativa conjunta do RMA | Ronaldo Martins Advogados, WTC, Anefac, consultoria paraguaia M360 e ADVB *** O Bangu Shopping promoverá até 28 de junho uma campanha de arrecadação de agasalhos *** São Paulo recebe, 23 de junho, o 1º Fórum Brasileiro de Data Centers, no Hotel Nacional Inn Jaraguá, promovido pelo Irice. Mais informações: forumdatacenter.com.br *** Dia 25, às 19h, o Cineclube Rã Vermelha programou uma sessão gratuita do filme *Proezas de Satanás na vila de Leva-e-Traz*, de Paulo Gil Soares, seguida de debate *** Neste sábado e domingo, o Rock 80 Festival fará edição especial inspirada na Copa do Mundo no Parque das Figueiras, na Lagoa Rodrigo de Freitas, a partir das 12h. Confirma em [@rock80festival](https://twitter.com/rock80festival) *** A Niad Shopping Centers assumiu a administração do Bella Città Shopping, em Passo Fundo (RS) *** A Fundação Biblioteca Nacional iniciou as inscrições – que vão até 8 de julho – para o Prêmio Literário Biblioteca Nacional 2026: gov.br/bn/pt-br/atuacao/cooperacao-difusao/premio-literario

Rejeição recorde de Flávio abre vantagem para Lula

Quaest: escândalos da oposição impactam o eleitorado independente

Os dados da pesquisa Quaest divulgada nesta quarta-feira, consolidam a liderança de Luiz Inácio Lula da Silva e o recuo de Flávio Bolsonaro nas intenções de voto, rompendo a tendência de empate técnico - Lula abriu seis pontos de vantagem no segundo turno (44% a 38%). O impacto negativo dos escândalos da oposição sobre o eleitorado independente continua a pesar no ânimo dos eleitores, segundo o levantamento.

A virada na intenção de voto, de acordo com os cientistas políticos da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FespSP) Aldo Fornazieri, Beto Vasques, Jairo Pimentel e Hilton Fernandes, é resultado da combinação entre os primeiros resultados da atual agenda econômica do governo e as “derrapadas” dos adversários.

A deterioração dos números de Flávio Bolsonaro - cuja rejeição atingiu o pico de 56% - foi agravada pelos episódios recentes envolvendo as gravações do senador com o empresário Daniel Vorcaro. A viagem aos EUA antes do anúncio do governo americano de aumento de tarifas para produtos brasileiros, por sua vez, teve um “efeito bumerangue” que abalou a já fragilizada candidatura de Bolsonaro.

“Em vez de criar uma nuvem de fumaça sobre o áudio de Vorcaro, reforçaram a percepção de irresponsabilidade política e de custo concreto para o país”, explica Pimentel. Beto Vasques acredita que esse desgaste pode crescer ainda mais nas próximas semanas, tendo em vista que uma parcela expressiva da população ainda está alheia aos escândalos que abalaram a oposição.

“Um terço dos eleitores desconhece o caso Dark Horse e quase metade, o tarifaço”, o que significa que o humor do eleitor pode flutuar conforme esses temas ganhem mais capilaridade.

Essa combinação de fatores afetou diretamente os eleitores “independentes” e a “direita não bolsonarista”, segmentos apontados pelos analistas da FespSP como os fiéis da balança para as eleições. Esses eleitores, que não se identificam como de esquerda (lulista ou não) nem como de direita (bolsonarista ou não), explica Vasques, foram decisivos em 2022 e estão sendo chamados novamente a decidir o pleito.

“Lula abriu uma vantagem de 13 pontos entre os eleitores independentes”, diz Fornazieri, consolidando uma migração direta desse eleitorado. Em sua visão, essa melhora está diretamente ligada à eficácia das políticas públicas

do Palácio do Planalto. “O crescimento de Lula se explica pela agenda positiva constituída por 17 medidas, entre as quais: o apoio pelo fim da jornada 6x1, o Desenrola (2.0), o subsídio aos combustíveis e o incentivo à habitação”

Na análise de Pimentel, “o principal vetor dessa melhora parece estar mais nas derrapadas da oposição do que nas ações do governo”, ajudando Lula a avançar “mais por contraste do que por adesão plena ao governo”. Fernandes compartilha da visão de que os dados econômicos, embora importantes, não agem sozinhos:

“Ainda que outros fatores tenham colaborado para essa mudança, como as ações do governo na economia para melhorar a percepção do eleitor, a rejeição a Flávio Bolsonaro chega a 56% em junho, o que indica um possível desgaste na imagem do senador”ressalta.

Perseguição policial além de fronteiras

O governo brasileiro assinou decreto, nesta quarta-feira, a fim de ampliar a cooperação policial para as áreas de fronteira e transfronteiriças com a Argentina, Paraguai e Uruguai, incluindo perseguições de fugitivos e investigações conjuntas.

O decreto é resultado de acordo firmado em Bento Gonçalves (RS), em dezembro de 2019. O documento

estipula que os países podem atuar, em conjunto, para prevenir e investigar crimes de acordo com as respectivas legislações.

No caso de perseguições, o decreto autoriza que policiais de um determinado país busquem fugitivos que ultrapassarem as fronteiras nesses países. “(Os policiais) poderão adentrar o território da outra Parte, em comunicação e coordenação com a autoridade policial da outra, para realizar

a apreensão preventiva das pessoas perseguidas”, diz o documento.

Ficou definido que essas perseguições devem ser combinadas bilateral ou trilateralmente. Estão previstos, para essa finalidade, intercâmbio de metodologias e tecnologias, capacitação com cursos e treinamentos e troca de informações para prevenir ilícitos.

Quando houver prisões

desses fugitivos, as autoridades policiais entregarão essas pessoas às autoridades do país onde os fugitivos foram encontrados. “Os agentes e veículos do Estado perseguidor deverão estar devidamente identificados. Segundo a Agência Brasil, além disso, os países decidiram aperfeiçoar os sistemas de comunicações e trocar de conhecimentos de interesse para a investigação de crimes com utilização de centros de operações.

Construção gerou R\$ 522,5 bilhões e empregou 2,5 milhões em 2024

O setor da indústria da construção gerou, em 2024, um valor total em incorporações, obras e/ou serviços de R\$ 522,5 bilhões. Reunindo 191 mil empresas no país, empregou 2,5 milhões de pessoas, pagando R\$ R\$ 95,6 bilhões em salários. No ano, houve equilíbrio dos segmentos de obras de infraestrutura, com R\$ 200,9 bilhões (ou 38,4%) e construção de edifícios, com R\$ 198,9 bilhões (38,1%). Serviços especializados para construção responderam por 23,5% do valor do setor (R\$ 122,8 bilhões).

Do total gerado pela indústria da construção, 33,0% tiveram como origem a demanda pelo setor público. No segmento de obras de infraestrutura, a participação do setor pú-

blico chegou a quase metade (48,2%) do valor gasto. Essas e outras informações integram a Pesquisa Anual da Indústria da Construção (PAIC) divulgada hoje, pelo IBGE.

“O principal ponto da pesquisa em 2024 é o quanto importante são as obras de infraestrutura dentro do cenário da indústria da construção no Brasil, não somente em termos de valor de obras mas em termos de remuneração paga. Além disso, mostra a importância do setor público nesse segmento, por exemplo, que corresponde a quase 50% das obras de infraestrutura do país”, explicou o gerente da pesquisa, Marcelo Miranda.

A construção de edifícios ocupa o segundo lugar em valor, perdendo para obras de infraestrutura

ra, mas é o segmento que mais emprega. Do total de empregados, 35,7% estavam na construção de edifícios, 34,4% em Serviços especializados para construção e 29,9% em obras de infraestrutura.

Quanto ao valor das remunerações, o setor pratica salários médios mensais que vão de apenas 1,8 a 2,6 salários mínimos. A média do setor da indústria da construção foi de 13 pessoas ocupadas por empresa, com remuneração média mensal equivalente a 2,1 salários mínimos. As empresas de obras de infraestrutura apresentaram maior porte médio, com 39 funcionários por empresa, além da maior remuneração média mensal, de 2,6 salários mínimos.

Já a construção de edifícios apresentou média de

13 pessoas ocupadas por empresa e remuneração média de 1,9 salário mínimo. E o setor de serviços especializados para construção registrou média de oito funcionários por empresa e remuneração de 1,8 salário mínimo.

Da análise de custos e despesas da indústria da construção depreende-se que os gastos com pessoal representaram o maior componente das despesas do setor em 2024, correspondendo a 30,7% do total. Em seguida, o consumo intermediário, exceto material de construção e serviços contratados a terceiros, com 22,5%; consumo de materiais de construção por 22,3%; demais despesas, 14,7%; e despesas com obras e serviços contratados a terceiros corresponderam a 9,7%.

REGISTRO GERAL

Aislan Loyola
aislan.loyola@monitormercantil.com.br

EMPÓRIO FARINHA PURA - No dia 12 de junho, às 19h, o Empório Farinha Pura promove um jantar harmonizado na sua Cozinha Gourmet, em Botafogo, na Zona Sul do Rio, com menu exclusivo em etapas, vinhos selecionados e um clima perfeito para brindar a data. O jantar será comandado pelo chef convidado Rodrigo Oliveira, especialista em vinhos da Casa Flora, que será o responsável pelo preparo do menu da noite. Enquanto isso, o sommelier Carlos Miranda conduzirá as harmonizações e apresentará curiosidades sobre cada rótulo servido. A recepção dos casais será feita com o espumante espanhol Cava Don Roman Brut, ideal para dar início à celebração. Como entrada, o menu traz tartar de salmão harmonizado com o chileno Tabalí Talinay Chardonnay. Já o prato principal aposta em medalhão de mignon ao molho de vinho e cogumelos, acompanhado de risoto milanesa ao açafrão, servido com o vinho argentino Talud Cabernet Sauvignon. Para encerrar a experiência, a sobremesa será substituída por uma combinação especial de mix de queijos maçaricados harmonizados com o português Madeira Colheita 1995. E ainda tem surpresa: ao final da noite, os casais participantes concorrem ao sorteio de uma garrafa de espumante Cava Don Roman Brut. Com vagas limitadas, o evento custa R\$ 250 por pessoa e promete ser uma ótima oportunidade para celebrar o amor acompanhado de novos sabores. Endereço: Cozinha Gourmet Farinha Pura - Rua Voluntários da Pátria, 446, loja 1, 2º piso - Cobal do Humaitá - Botafogo - Rio de Janeiro/RJ Link: <https://www.instagram.com/emporiofarinhapura/>

ÁUREA E CRISTÓVÃO - Construída ao longo dos anos, a amizade entre Áurea Martins e Cristovão Bastos ganha agora forma de espetáculo e disco. O encontro no Teatro Rival Petrobras antecipa as comemorações do Dia da Amizade, em 20 de julho, e marca ainda os 86 anos da cantora, que serão completados em 13 de junho. Ao lado do pianista, que chega aos 80 anos em dezembro, a artista apresenta “Amizade”, que reúne afeto, memória e cumplicidade musical em um diálogo entre voz e piano. O show conta com as participações especiais de Renato Braz, Miguel Rabello e Daniela Spielmann. No repertório do espetáculo estarão canções do disco e outros clássicos, como: ‘Meus guardados’ (Cristovão Bastos/Roberto Didio), ‘Noite de lua’ (Cristovão Bastos/Roque Ferreira), ‘Com você’ (Miguel Rabello/Roberto Didio), ‘Doce de coco’ (Jacob do Bandolim/Hermínio Bello de Carvalho), ‘Neste mesmo lugar’ (Armando Cavalcanti e Klécio Caldas), ‘Todo o sentimento’ (Cristovão Bastos/Chico Buarque), ‘Vem hoje’ (Moacyr Silva/Antônio Maria), ‘Voz de samba’ (Cristovão Bastos/Roberto Didio), ‘A voz rouca da crooner’ (Marcio Proença/Ivor Lancellotti), ‘Fim de semana em Eldorado’ (Johnny Alf) e ‘Amigo amado’ (Alaíde Costa/Vinícius de Moraes). Teatro Rival, Rua Álvaro Alvim, 33, Subsolo, Cinelândia, Rio de Janeiro (RJ). Vendas: Sympla e bilheteria do teatro. <https://bileto.sympla.com.br/event/116918/d/368237>.

GP TALKS BUSINESS SHOW - São Paulo recebe no próximo dia 17 de junho o GP Talks Business Show 2026, encontro que reunirá executivos, investidores e especialistas de grandes empresas para debater os rumos da economia brasileira e os desafios do ambiente de negócios em 2026 e 2027. Com apenas 88 participantes, o evento terá foco em temas como inteligência artificial, transformação digital, reforma tributária, investimentos e competitividade empresarial. “As empresas que conseguem antecipar tendências terão vantagem competitiva significativa. O GP Talks Business Show nasce justamente para conectar líderes que estão construindo esse futuro”, destacam os organizadores. O encontro acontecerá no Auditório Acarai, no Brooklin, em São Paulo. Endereço: Rua Castilho, 392 - 24º andar - Brooklin - São Paulo (SP)

AVIAÇÃO ELÉTRICA - A Vertical Connect está produzindo 108 unidades da aeronave elétrica Skyros, com entregas previstas para dezembro de 2026, reforçando a aposta do setor na expansão da mobilidade aérea avançada no agronegócio. Para o empresário e cofundador da companhia, José Carlos Más, o campo brasileiro reúne condições ideais para impulsionar esse mercado. “O agronegócio possui desafios logísticos gigantescos e demanda cada vez mais eficiência operacional. A aviação elétrica surge como uma alternativa capaz de reduzir custos, otimizar deslocamentos e aumentar a produtividade”, afirma. A expectativa é que as aeronaves sejam utilizadas em atividades como monitoramento de lavouras, transporte de equipamentos e apoio logístico em áreas remotas.

Comércio varejista de São Paulo deve crescer 2% no Dia dos Namorados

O comércio varejista de São Paulo deve registrar crescimento moderado nas vendas do Dia dos Namorados em 2026. Para o Sindilojas-SP, a estimativa é de que o faturamento bruto dos segmentos mais impactados pela data avance cerca de 2% em relação ao mesmo período do ano passado, resultado pouco acima da projeção para o conjunto do mês de junho, de 1,1%.

“O Dia dos Namorados segue entre as datas mais importantes do primeiro semestre para o varejo da Capital, e a expectativa de avanço de 2% é positiva, ainda que compatível com um consumo marcado pela cautela. As famílias mantêm o emprego e a renda, mas convivem com crédito caro, orçamentos comprometidos e preços ainda pressionados, o que limita uma expansão mais robusta das vendas”, afirma Aldo Nuñez Macri, presidente do Sindilojas-SP.

Embora o cenário econômico ainda conte com fatores favoráveis ao consumo, sobretudo um mercado de trabalho relativamente aquecido que sustenta a massa de renda das famílias, o elevado comprometimento dos orçamentos domésticos pesa sobre o potencial de gasto. Segundo a Fec-

mercioSP, 72,9% das famílias paulistanas estão endividadadas, o maior nível desde maio de 2023, e 21% estão inadimplentes, com dívidas em atraso.

A inflação permanece entre os maiores obstáculos para o consumidor, inclusive em categorias tradicionalmente associadas à data. Dados do IPCA-15 de maio, divulgados pelo IBGE, mostram que a inflação acumulada em 12 meses alcançou 5,07% na Região Metropolitana de São Paulo, reduzindo o poder de compra e influenciando tanto a escolha dos presentes quanto o valor desembolsado.

O comportamento dos preços foi heterogêneo entre os itens da data. Enquanto televisores e celulares registraram redução, movimento que pode favorecer as vendas associadas à proximidade da Copa do Mundo, perfumes, roupas masculinas e femininas, sandálias, chinelos, tênis e relógios acumularam altas abaixo da média. Na outra ponta, joias, bijuterias e chocolates apresentaram os aumentos mais expressivos do período. Mesmo quem pretende trocar presentes por experiências encontra preços mais altos: alimentação fora do domicílio, hospedagem e atividades de lazer, como cinema, teatro e

concertos, acumularam variações superiores à inflação média da Grande São Paulo.

“A inflação continua sendo o principal desafio do consumidor, inclusive em categorias típicas da data. O comportamento dos preços foi bastante desigual, com quedas em eletrônicos e altas mais fortes em joias, bijuterias e chocolates, o que influencia tanto a definição do presente quanto o valor gasto”, explica o presidente do Sindilojas-SP.

Celebrado em 12 de junho, o Dia dos Namorados permanece entre as principais sazonalidades do primeiro semestre para segmentos como vestuário, que deve crescer até 4,4% no mês, calçados, cosméticos, perfumaria, joias, flores, chocolates, eletrônicos, gastronomia e hotelaria. Neste ano, porém, o calendário reserva um fator adicional: a Copa do Mundo, cuja abertura ocorre na véspera da data, com a estreia da Seleção Brasileira no dia 13 de junho.

“Neste ano, o calendário traz um elemento adicional. A Copa do Mundo começa na véspera do Dia dos Namorados e a estreia da Seleção ocorre logo no dia seguinte. Essa proximidade redistribui parte do orçamento das famílias e abre oportunidades para segmentos ligados ao consumo

coletivo, como alimentos, bebidas, eletroeletrônicos e artigos esportivos”, avalia Nuñez Macri.

Enquanto os setores tradicionalmente beneficiados pela data devem concentrar o fluxo de consumidores nos dias que a antecedem, atividades voltadas ao consumo coletivo tendem a ganhar impulso já na sequência, embaladas pelo início da competição.

Apesar das oportunidades, o ambiente econômico mantém limites importantes. As taxas de juros seguem em patamar elevado, o acesso ao crédito permanece mais seletivo e o comprometimento da renda das famílias continua acima da média histórica, fatores que reduzem o espaço para compras de maior valor e contribuem para um crescimento mais contido.

“Para o lojista, a principal oportunidade está na soma entre o apelo emocional da data, o clima mais frio do período e a mobilização gerada pela Copa do Mundo. São fatores que podem ampliar o fluxo de consumidores e sustentar o desempenho do varejo ao longo de junho”, conclui o presidente do Sindilojas-SP. A previsão é de temperatura mínima próxima dos 10 graus em São Paulo entre os dias 10 e 12 de junho.

Governo quer criar alerta para usuário devolver celular roubado nos Correios

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse nesta quarta-feira que o governo estuda a possibilidade de enviar mensagens para celulares roubados alertando o usuário a devolver o aparelho nas agências dos Correios em vez de uma delegacia. “Eu vou disparar o sinalzinho [mensagem] para quem estiver com celular roubado, devolver, porque, senão, haverá consequências”, destacou Lula durante a abertura da 7ª Reunião Plenária do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS), no Palácio do Itamaraty, em Brasília.

Segundo Lula, um estudo do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) que aponta a existência de cerca de 2,5 milhões de celulares roubados em todo o país. “Nós temos o cadastro, o endereço e o chassi de 2,5 milhões de celulares roubados. Eu ia apertar um botãozinho e passar a mensagem dizendo que todas as 2,5 milhões de pessoas que

estão com o celular roubado têm que devolver”, explicou.

Atualmente, o aplicativo Celular Seguro permite bloquear imediatamente o aparelho, a linha telefônica e as contas bancárias disponibilizadas no smartphone em casos de roubo, furto ou extravio.

Na reunião, Lula defendeu as políticas de distribuição de renda e inclusão social em relação a números isolados de crescimento econômico. “O que é importante é que aos poucos a gente vai colocando a parte mais sensível e mais pobre da população dentro do orçamento do país, levando a sério a educação, a saúde e a legalização de terras indígenas”, afirmou.

Ele citou que nesta quinta-feira o governo entregará documentação de terras quilombolas, que a cerimônia marcará “48% de tudo quanto é terra quilombola registrada nesse país.”

O presidente fez críticas à reação do mercado financeiro diante das metas fiscais do governo. “Se a gen-

te tiver um déficit de 0,20% vai cair o mundo.”

SUS

Com apoio logístico dos Correios, 5.655 veículos do PAC Saúde serão distribuídos para todos os estados e o Distrito Federal. O objetivo é ampliar a capacidade de atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS) e reforçar os serviços de saúde em regiões urbanas, rurais e de difícil acesso.

A frota inclui ambulâncias, unidades odontológicas móveis, vans e micro-ônibus que ajudarão estados e municípios a ampliar o transporte de pacientes e a oferta de atendimentos médicos e odontológicos.

A primeira etapa da operação começou na última semana de maio, quando motoristas dos Correios coletaram 68 veículos em montadoras localizadas em Lauro de Freitas (BA), São Mateus (ES) e Sorocaba (SP). Os veículos foram levados ao Hospital das Clínicas da USP, em Ribeirão

Preto (SP), antes de seguirem para os destinos finais.

A distribuição mobiliza a estrutura logística nacional dos Correios, responsável por coordenar rotas e entregas simultaneamente em diferentes regiões do país. A operação é considerada estratégica para garantir que os veículos cheguem aos municípios beneficiados, inclusive em localidades remotas.

Com a chegada dos novos veículos, a expectativa é ampliar o acesso da população aos serviços de saúde, reduzir dificuldades de deslocamento para consultas e tratamentos e fortalecer o atendimento prestado pelo SUS.

O PAC Saúde integra o Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC) e reúne investimentos voltados à modernização e expansão da infraestrutura da saúde pública. Entre as ações previstas estão a aquisição de veículos e equipamentos, além da ampliação da rede de atendimento em todo o país.

Vale atualiza para baixo a projeção de Ebitda consolidado da VBM

Formulário de Referência com as atualizações será reapresentado

A Vale S.A informou em fato relevante que atualizou o guidance (projeção) sobre o potencial de contribuição de sua subsidiária a Vale Base Metals Ltd. (VBM), que é voltada para a produção de minerais não ferrosos, incluindo as operações de níquel e cobre. O Ebitda consolidado (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) da companhia no longo prazo passa a ser de aproximadamente 28%.

Sendo a Vale uma empresa de capital aberto no Brasil e nos EUA é comum atualizações de projeções. A crise geopolítica no Oriente Médio tem reflexo direto nos preços praticados pela empresa. Por exemplo, em março, a companhia acreditava que a subsidiária poderia responder por

aproximadamente 30% a 35% do Ebitda consolidado a partir de 2035. Essa estimativa tinha como premissas principais, os preços de longo prazo de cobre, níquel e ouro, com base na média calculada por analistas sell-side, disponíveis em fevereiro de 2026; e as projeções de produção de minério de ferro, níquel e cobre no longo prazo.

Segundo a companhia, o novo Formulário de Referência com as atualizações será reapresentado. Não foi estipulado data. “Os resultados efetivos poderão diferir materialmente em função de condições de mercado, fatores macroeconômicos, desempenho operacional e outros riscos descritos nos documentos periódicos da companhia enviados à CVM e à SEC (Comissão de Valores Mobiliários

dos Estados Unido)”, disse Marcelo Feriozzi Bacci, vice-presidente executivo de finanças e relações com investidores.

Em 12 de maio, a companhia informou ao mercado a atualização de suas projeções, as quais passam a contemplar: a variação do fluxo de caixa livre do segmento de soluções de minério de ferro em 2026, considerando as condições de mercado decorrentes do conflito no Oriente Médio; e as sensibilidades de EBITDA e de fluxo de caixa do segmento de Níquel da VBM.

Devido as condições de mercado observadas antes e depois do conflito no Oriente Médio, a Vale estimava então um incremento de aproximadamente US\$ 1,5 bilhão no fluxo de caixa livre em 2026, composto

por: aumento de cerca de US\$ 1,2 bilhão no Ebitda do segmento; geração de aproximadamente US\$ 425 milhões por meio de programas de hedge cambial e de combustível; e aumento de cerca de US\$ 0,1 bilhão em investimentos de manutenção.

Foram considerados o cenário pré-conflito: preços médios de janeiro e fevereiro de 2026, aplicados ao ano de 2026: minério de ferro a US\$ 102/t, Brent a US\$ 67/bbl, bunker a US\$ 490/t e câmbio BRL/USD de 5,27; e cenário pós-conflito: desempenho realizado entre janeiro e abril de 2026 e preços atuais (spot) aplicados ao período de maio a dezembro de 2026: minério de ferro a US\$ 112/t, Brent a US\$ 104/bbl, bunker a US\$ 675/t e câmbio BRL/USD de 4,90.

Fitch: rating de qualidade de gestão de investimentos ‘Forte’ da Occam

A Fitch Ratings afirmou o rating de qualidade de gestão de investimentos ‘Forte’ da Occam Brasil Gestão de Recursos Ltda. A perspectiva do rating é estável. O relatório da agência de classificação de risco de crédito foi divulgado nesta quarta-feira. O rating “Forte” significa capacidade gerencial sólida e bem estruturada.

Segundo a agência, a nota reflete o processo de investimento da Occam e contempla a experiência e a qualificação dos executivos e o sistema de front/back office, bem automatizado e integrado, além de fortes controles de risco e de compliance.

Aberta em 2018, a Occam possui franquias em fundos multimercados. O grupo era a 72ª maior gestora de recursos do Brasil por AUM (R\$ 14,2 bilhões, sendo R\$ 2,2 bilhões da Occam) em dezembro de 2025, de acordo com a Associação Brasileira das Entidades

dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima).

O AUM (do inglês Assets Under Management) significa ativos sob gestão. É o valor de mercado total de todos os investimentos que uma instituição financeira (como gestoras ou fundos) administra em nome de clientes.

Em dezembro de 2025, o AUM da Occam era constituído por fundos multimercados (57%), renda variável (36%), previdência (5%) e moedas (2%). O perfil dos investidores era composto por fundos de pensão (30%), distribuidores (24%), fundos de pensão de estados e municípios (RPPS, 17%), grupo (12%), fundos de fundos (Fofs, 11%) e outros (6%).

Desafios

Para a Fitch, a Occam tem como principais desafios retomar o bom desempenho de seus fundos em um cenário de alta

volatilidade; fortalecer e aumentar a representatividade da área de gestão de risco; reduzir o risco de pessoas-chave; diversificar a base de investidores; e melhorar a segregação de funções em sua estrutura organizacional.

O processo de investimento da Occam é considerado bem-estruturado, baseado em comitês, com abordagem top-down, estratégias detalhadas e apoiadas em análises proprietárias aprofundadas de empresas para os fundos de renda variável (análise fundamentalista). Embora os gestores mantenham a autonomia em suas decisões, as diretrizes dos comitês devem ser observadas em um processo consensual e bem-definido.

“Como muitos de seus pares, a Occam tem apresentado queda nos ativos sob gestão (Assets Under Management – AUM) desde 2021 (29% em 2025 e 38% em 2024), atingindo

R\$ 2,2 bilhões”, destaca o relatório da Fitch.

A agência observa que este cenário está em linha com as turbulências na economia e a mudança da demanda dos investidores de estratégias de multimercados e ações para estratégias de renda fixa. “Isto ocorreu devido ao elevado aumento das taxas de juros locais, em 14,50% desde abril de 2026. Apesar disso, os resultados da gestora continuam bons”.

Em 2022, os acionistas da Occam estabeleceram uma nova gestora para a estratégia de crédito privado, denominada Nova Occam Brasil Gestora de Recursos Ltda., totalmente segregada da Occam e controlada pela holding Consistência Participações. O AUM da nova gestora tem crescido fortemente (66% em 2025 e 236% em 2024), atingindo R\$ 10,3 bilhões, seguindo a preferência dos investidores por renda fixa, incluindo crédito privado.

HTK LENTES OFTÁLMICAS S.A.
CNPJ/MF nº 19.300.038/0001-08
CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
Ficam os acionistas da HTK LENTES OFTÁLMICAS S.A. convocados para AGO a ser realizada no próximo dia 16 de junho de 2026 às 11h da manhã, na sua sede social, à Rua Sinimbu, nº 486, São Cristóvão, com a seguinte ordem do dia: 1 - Deliberar sobre a forma de lavratura da ata (em sumário); 2 - Deliberar sobre o balanço da Companhia, levantado por referência à 31 de dezembro de 2025. 3 - Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, conforme publicadas no jornal Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Parte V do dia 31 de março de 2026, em sua edição impressa e digital; 4 - Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; 5 - Deliberar a eleição da Diretoria; e 6 - Decidir o montante global anual da remuneração dos administradores.
Diretores
Diego Henrique Hirsch de Merlo Bessa e Rodrigo Ferraz Hirsch

CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO LEANDRO MARTINS
CNPJ: 74.086.141/0001-05
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
Srs. condôminos, de acordo com as instruções da Sra. Síndica do Cond. do Ed. Leandro Martins, sito Rua Leandro Martins, nº. 20, Centro, RJ, vimos, convidar Srs. Condôminos para reunirem-se em AGO, que se realizará dia 19/06/2026, às 17:00 hs em 1ª convocação ou, na falta de quórum, às 17:30 hs, em 2ª e última convocação, com qualquer nº. de condôminos, no 12º andar do prédio, para deliberar sobre a Ordem do Dia: a) Prestação de contas b) Ratificação das cotas condominiais no exercício c) Eleição de síndico, subsíndico e conselho consultivo d) Previsão orçamentária e) Inadimplência f) Ass. Gerais. Somente poderão votar Condôminos quites com suas cotas condominiais. Procuradores deverão comparecer com procurações cercadas das formalidades legais.
Nelly T. Costa - Síndica

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA
Nº 90007/2026
OBJETO: Contratação de empresa especializada para **Reforma do Centro de Esporte e Lazer da Terceira Idade, localizado na Avenida Maracanã, bairro Pacaembu, Município de Queimados / RJ**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. PROCESSO ADMINISTRATIVO: 2385/2026-E. RETIRADOEDITAL: <https://transparencia.queimados.rj.gov.br/?serv=121> ou no Paço Municipal, à Rua Mário Pati Jr, nº. 164-338, sala de Licitações - Fanchen, das 09:00 às 12:00 horas e 14:00 às 16:00 horas, mediante a entrega de 01 (uma) RESMA DE PAPEL A4 e carimbo do CNPJ da Empresa. DATA: 24/06/2026 HORA: às 09 horas.
Filipe Martins Silva
Agente de Contratação

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA VIRTUAL DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2026

O SINDICATO DOS PROFESSORES DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO E REGIÃO (Sinpro-Rio), com CNPJ sob o nº 33.654.237/0001-45, situado na Rua Pedro Lessa, nº 35, Centro, Rio de Janeiro, por seu presidente abaixo assinado, convoca todos os professores da base territorial do Sinpro-Rio, associados ao Sindicato e que estejam em dia com suas contribuições sociais, a participarem da Assembleia Geral Ordinária de Prestação de Contas (AGO), a ser realizada no dia 29 de junho de 2026, segunda-feira, às 18h, em primeira convocação, e às 18h30, em segunda e última convocação, com qualquer número, por meio virtual, mediante acesso ao aplicativo “Zoom”, sendo certo que o convite será encaminhado aos professores, para discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: - Apreciar relatório de prestação de contas relativa ao exercício do ano de 2025.

IMPORTANTE: para terem acesso virtual à assembleia, os professores associados em dia com suas contribuições sociais deverão se inscrever pelo site www.sinpro-rio.org.br - informando todos os dados solicitados no campo específico da referida assembleia - até as 13 horas do dia 29 de junho de 2026. Após a confirmação dos dados, os filiados aptos a participar da assembleia receberão um link pessoal e intransferível de acesso à mesma.

Esta convocação é feita nos termos do Estatuto do Sindicato.

Rio de Janeiro, 11 de junho de 2026.

Elson Paiva – Presidente
Oswaldo Teles – Secretário de Finanças



SPE SÃO FRANCISCO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.
CNPJ Nº 20.831.148/0001-85
Edital de Convocação
Assembleia Geral de Debenturistas. Fica o debenturista único da SPE São Francisco Empreendimentos Imobiliários S.A. (“Companhia”), nos termos da Lei nº 6.404/76 e do “Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação” da Companhia (“Escritura de Emissão” e “Emissão”, respectivamente), convocado pelo Agente Fiduciário para a Assembleia Geral de Debenturistas, a ser realizada no dia 17/06/2026, às 15h (“AGD”), a qual será realizada de forma exclusivamente eletrônica, por meio de videochamada, que poderá ser acessada a partir do link <https://teams.microsoft.com/meet/356713103864588?p=GzxDRVXiP05i4Homfb>, para deliberar a respeito da ordem do dia abaixo: (i) deliberar sobre a extinção da Emissão, bem como autorizar o Agente Fiduciário a praticar todos os atos necessários à sua formalização, inclusive a outorga dos instrumentos de liberação das garantias constituídas no âmbito da Escritura de Emissão; (ii) caso não seja aprovado o item (i) acima, deliberar sobre a substituição do atual Agente Fiduciário da Emissão, com a eleição de novo agente fiduciário; e (iii) não sendo aprovado o item (ii) acima, deliberar sobre a autorização para que a Companhia ou o Agente Fiduciário submeta à Comissão de Valores Mobiliários - CVM pleito relacionado à dispensa de contratação de novo agente fiduciário para a Emissão, bem como para adotar os procedimentos eventualmente necessários à obtenção de tal autorização. A AGD somente será instalada com a presença do debenturista único, que poderá ser representado por procuradores legalmente constituídos há menos de 1 ano. O debenturista único ou procuradores, deverão participar da AGD munidos de documento de identidade e/ou comprovação de poderes, conforme aplicável, cujas cópias poderão ser enviadas antecipadamente para o Agente Fiduciário, através do e-mail juridico.admfiduciaria@apexgroup.com. São Paulo/SP, 08/06/2026. BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

COOPERATIVA MISTA DE TRABALHO DOS MOTORISTAS AUTÔNOMOS DE TÁXI ESPECIAL DO RIO DE JANEIRO
“COOPERTRAMO”
CNPJ 30.042.097/0001-66 * INSC. MUNICIPAL 0133167-1
NIRE no. 334.0000904-5
ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA (AGE) – 23/06/2026
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
O Presidente da COOPERATIVA MISTA DE TRABALHO DOS MOTORISTAS AUTÔNOMOS DE TÁXI ESPECIAL DO RIO DE JANEIRO “COOPERTRAMO”, no uso das suas atribuições, convoca os senhores cooperados, para reunirem - se em ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, a ser realizada no dia 23 de junho de 2026, sede da Cooperativa, situada na Rua Barros Barreto, nº 30 – Bonsucesso – RJ, em primeira convocação às 12:00 horas com 2/3 de Cooperados, em segunda convocação às 13:00 horas com metade e mais um de Cooperados e, em terceira e última convocação às 14:00 horas com um número mínimo de 10 Cooperados em dia com as suas obrigações sociais, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1) Análise e deliberação sobre a solicitação dos motoristas das vans; 2) Análise e deliberação sobre o QRT; 3) Análise e deliberação sobre o FAC; 4) Assuntos de interesse do Quadro Social. Para efeito de quorum contamos com a presença de 45 Cooperados. Rio de Janeiro, 10 de junho de 2026.
Roberto Frias de Araujo
Diretor Presidente

Assine o jornal

**Monitor
Mercantil**
(21) 3849-6444



Debêntures atreladas ao DI lideram rentabilidade em maio

Ambiente de incertezas no Brasil e no exterior reduziu o apetite por riscos

As carteiras de renda fixa de menor prazo voltaram a se destacar em maio tanto entre os títulos públicos quanto corporativos, informa a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima).

O principal destaque foi o IDA-DI, composto por debêntures indexadas à taxa diária DI, que registrou alta de 1,82% no mês e superou o desempenho médio das debêntures no período (1,03%), medido pelo IDA (Índice de Debêntures Anbima).

“Depois de um abril mais

favorável ao risco, maio trouxe um investidor mais cauteloso e menos disposto a se expor à volatilidade”, diz o economista Marcelo Cidade. Ele explica que esse comportamento tem se repetido ao longo do ano, com janelas curtas em que o mercado alterna momentos de maior exposição ao longo prazo e outros de busca por proteção. “É um reflexo direto das incertezas persistentes nos cenários local e internacional”, afirma.

Enquanto isso, as debêntures remuneradas pela inflação fecharam o mês próximas a zero. O IDA IP-CA Ex-Infraestrutura, que

replica papéis sem incentivo fiscal, subiu 0,80% em maio. Já o IDA IPCA Infraestrutura, que acompanha as debêntures incentivadas, teve ganho de 0,16% no mês.

Títulos públicos

Na dívida pública, maio também foi mais desafiador para os papéis indexados à inflação. O IMA-B 5+, composto por NTN-Bs com vencimento acima de cinco anos, recuou 0,20% no mês. Já o IMA-B 5, que reúne NTN-Bs com vencimento de até cinco anos, avançou 0,97%.

O principal destaque entre os títulos públicos foi o

IMA-S, que acompanha as LFTs (títulos pós-fixados atrelados à taxa básica de juros) e tem duration de apenas um dia. O índice encerrou maio com alta de 1,09%.

Entre os prefixados, o IRF-M 1, que reúne títulos com prazo de até um ano, teve valorização de 1,07% no mês. Já o IRF-M 1+, de composto por papéis com vencimento acima de um ano, registrou ganho de 0,52%. No geral, o desempenho médio dos títulos públicos foi de 0,81% em maio, segundo o IMA (Índice de Mercados Anbima).

Petrobras compra 50% do bloco Itaimbezinho, no pré-sal de Campos

Nesta quarta-feira, a Petrobras anunciou acordo para adquirir 50% do campo de exploração de petróleo Itaimbezinho, no Polígono do Pré-Sal, na Bacia de Campos, a cerca de 190 km da costa do Rio de Janeiro. A venda foi feita pela Equinor Brasil Energia, que representa a multinacional estatal sediada na Noruega. Nenhuma das companhias informou o valor do negócio. Como ainda é bloco exploratório, Itaimbezinho ainda não produz petróleo.

De acordo com a Petrobras, a operação de compra reforça a relevância da atividade exploratória no país

e “está alinhada à estratégia de longo prazo da companhia, visando à recomposição das reservas de petróleo e gás por meio de exploração de novas fronteiras e atuação em parceria.”

Petrobras e Equinor informaram que a operação de compra e venda reforça a sinergia entre ambas na Bacia de Campos. As companhias já exploram conjuntamente o projeto Raia - maior projeto de gás natural do país a iniciar produção nesta década - e a licença exploratória de Jaspe, do qual a

O campo de Itaimbezinho havia sido adquirido pela Equinor em outubro

de 2025, no 3º Ciclo da Oferta Permanente de Partilha (OPP), realizado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), agência reguladora do setor.

Nas OPPs, é vencedora a empresa que oferecer o maior percentual de excedente em óleo (divisão do lucro) para a União. Na ocasião, a Equinor arrematou o bloco sozinha com oferta de 6,95% do excedente.

Para valer, o negócio anunciado nesta quarta-feira precisa de aval da ANP e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), órgão do Ministério da Justiça e Segurança Pú-

blica, que busca garantir a livre concorrência e evitar abusos do poder econômico.

De acordo com informações da Agência Brasil, o Polígono do Pré-Sal, no litoral do Sudeste, concentra os principais campos de produção do petróleo no país. Em abril de 2026, dado mais recente da ANP, os campos do pré-sal - sob uma espessa camada de sal, que pode chegar a 7 mil metros de profundidade - responderam por praticamente 82% da produção nacional de petróleo e gás. Foram 4,614 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boe).

Cade aplica multa de milhões por cartel internacional

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) condenou, nesta quarta-feira (10), a empresa Denso Corporation por participação em cartel no mercado de chicotes elétricos e componentes automotivos elétricos e eletrônicos. A multa aplicada ultrapassa R\$ 100 milhões. As práticas concorrencialmente ilícitas aconteceram de 2000 a 2009.

O tribunal do Cade condenou a Denso Corporation ao pagamento de multa no valor de R\$ 100,787 milhões, a ser quitada no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação da ata de julgamento no Diário Oficial da União.

O Tribunal também determinou o envio de ofícios ao Ministério Público Federal e à Advocacia-Geral da União para ciência da decisão e eventual adoção das medidas cabíveis visando ao ressarcimento dos danos causados à coletividade.

A investigação foi instaurada pela Superintendência-Geral do Cade (SG/Cade) em 2015, por meio de Nota Técnica que determinou a abertura de Processo Administrativo em desfavor de 22 empresas e 89 pessoas físicas.

Os ilícitos apurados referem-se à suposta formação de cartel internacional no mercado de chicotes elétricos e componentes automotivos elétricos e eletrônicos, materializada por meio de acordos para fixação de preços, alocação de projetos, divisão geográfica de mercado e troca de informações concorrencialmente sensíveis.

De acordo com o voto do conselheiro relator Carlos Jaques, as condutas atribuídas à Denso Corporation ocorreram aproximadamente entre 2000 e 2008 e tinham como objetivo a obtenção de vantagem econômica mediante a elevação dos preços no mercado de chicotes elétricos e componentes automotivos elétricos e eletrônicos.

Segundo o relator, a prática afetou os consumidores, que acabaram arcando com preços mais elevados na aquisição de veículos que continham os insumos objeto do cartel. No curso do processo, algumas das representadas envolvidas celebraram Termos de Compromisso de Cessação (TCCs), enquanto outras tiveram o processo administrativo arquivado em razão da insuficiência de provas acerca das condutas investigadas.

SONDOTÉCNICA ENGENHARIA DE SOLOS S.A.
CNPJ/MF nº 33.386.210/0001-19
NIRE nº 3.330.013.730-1

Companhia Aberta
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. Acionistas da **Sondotécnica Engenharia de Solos S.A.** (“Companhia”) a se reunirem no dia 10 de julho de 2026, às 09:30 horas, observado o disposto no artigo 124 da Lei nº 6.404/1976 (“Lei das Sociedades por Ações”), em **Assembleia Geral Extraordinária** (“Assembleia”), a ser realizada na sede social da Sondotécnica Engenharia de Solos S.A., na Rua Voluntários da Pátria, nº 45, 8º andar, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ, a fim de deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: 1 - Deliberar sobre a alteração do objeto social da Companhia, conforme Proposta da Administração, com a consequente alteração do Artigo 3º e consolidação do Estatuto Social, bem como sobre a autorização de administração para praticar todos os atos necessários à implementação, formalização e registro das deliberações eventualmente aprovadas. Informações Gerais:** 1. Comunicamos aos Senhores Acionistas que os documentos relacionados às matérias constantes da Ordem do Dia encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, nos sites da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) (www.cvm.gov.br), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e de Relações com Investidores da Companhia <https://www.sondotecnica.com.br/sobre-nos/relacao-com-investidores/> ou os documentos relacionados a este Edital. 2. Os acionistas deverão apresentar, com no mínimo 72 (setenta e duas) horas de antecedência à data designada para a realização da Assembleia, além do documento de identidade, conforme o caso: a) comprovante expedido pela instituição escrituradora nos últimos 5 (cinco) dias; b) o instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante; e/ou c) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente. 3. A Companhia adotará o voto à distância na realização da Assembleia, nos termos da Resolução CVM nº 81/22, possibilitando que o acionista exerça o direito de voto por meio de seus respectivos agentes de custódia, por meio da instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escrituradas da Companhia, Itaú Unibanco S.A., ou diretamente à Companhia. Os acionistas que optarem por remeter o boletim de voto à distância (“BVD”) diretamente à Companhia poderão fazê-lo enviando, até 05/07/2026, para o endereço eletrônico ri@sondotecnica.com.br, vias digitalizadas em formato PDF do BVD (devidamente preenchido, rubricado e assinado) e dos documentos pertinentes, não sendo necessário o envio das vias físicas. A Companhia confirmará o recebimento dos documentos, bem como comunicará ao acionista por meio do endereço de e-mail informado no BVD se os documentos recebidos são suficientes para que o voto seja considerado válido ou os procedimentos e prazos para eventual retificação ou reenvio, caso necessário. 4. Os acionistas obterão todas as informações necessárias para melhor entendimento das matérias acima, bem como modelo de procuração, mediante solicitação através do e-mail ri@sondotecnica.com.br. Rio de Janeiro, 11 de junho de 2026.
Daniel Bergman
Presidente do Conselho de Administração

SINMED
Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
O SINDICATO DOS MÉDICOS DO RIO DE JANEIRO – SINMED/RJ, por seu Presidente, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca os(as) médicos(as) do Hospital Maternidade Maria Amélia Buarque de Hollanda, do Município do Rio de Janeiro, empregados(as) sob regime CLT da Organização Social SPDM, para participarem de Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 18 de junho de 2026, em formato virtual, às 19h, em primeira convocação, e às 20h, em segunda convocação, com qualquer número de presentes. A inscrição deverá ser realizada por meio do formulário eletrônico disponível no link: <https://forms.gle/2jvGBMDiTrT5or58A>. O link de acesso à assembleia será encaminhado, por e-mail, aos(as) médicos(as) inscritos(as) até 30 minutos antes da primeira convocação. A Assembleia terá a seguinte pauta: a) Reivindicações da categoria; b) Deliberações sobre greve e paralisações. Rio de Janeiro, 11 de junho de 2026.
Dr. Alexandre Telles - Presidente do SINMED/RJ

COMARCA DA CAPITAL-RJ.
JUIZO DE DIREITO DA DÉCIMA NONA VARA CÍVEL
EDITAL DE 1º, 2º. LEILÃO PRESENCIAL E ONLINE e INTIMAÇÃO
à BRUNA DEUDIR DIAS DA SILVA (CPF nº 122.573.247-65), com o prazo de 05 (cinco) dias, extraído dos autos da Ação Sumária (Processo nº 0248946-55.2016.8.19.0001) proposta por CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO FRUMA (CNPJ nº 00.089.231/0001-13) contra BRUNA DEUDIR DIAS DA SILVA (CPF nº 122.573.247-65), na forma abaixo: A DRA. RENATA GOMES CASANOVA DE OLIVEIRA E CASTRO, Juíza de Direito da Vara acima, FAZ SABER por este edital aos interessados, que nos dias **22.06.2026 e 24.06.2026, às 12hs:00min**, no Átrio do Fórum, à Avenida Erasmo Braga, nº 115, 5º Andar (hall dos elevadores da Lâmina Central), Castelo, Rio de Janeiro, RJ, e simultaneamente através do site de leilões online: www.portellaleiloes.com.br, pela Leiloeira Pública **FABIOLA PORTO PORTELLA**, inscrita na JUCERJA sob o nº 127, será apreçoado e vendido, o “Direito Aquisitivo” ao Apartamento 501, do edifício situado na Rua Visconde de Santa Isabel, nº 277, Vila Isabel, Rio de Janeiro/RJ. - **AVALIAÇÃO: R\$ 344.373,53** (trezentos e quarenta e quatro mil, trezentos e setenta e três reais e cinquenta e três centavos). - O edital na íntegra está afixado no Átrio do Fórum, nos autos acima, no site www.portellaleiloes.com.br e no site do Sindicato dos Leiloeiros do Rio de Janeiro www.sindicatodosleiloeirosrj.com.br.

Balancos Patrimoniais - Em 31/12/2025 e 2024 (Em milhares reais)		Demonstrações dos Resultados - Exercícios Findos em 31/12/2025 e 2024 (Em milhares de reais)		Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios Findos em 31/12/2025 e 2024 (Em milhares de reais)		
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	751	709				
Créditos tributários	118	92				
	869	801				
Não circulante						
Realizável a longo prazo	-	-				
Depósitos, cauções e retenções	-	-				
Total do ativo	869	801				
Passivo						
Circulante						
Tributos e obrigações sociais	4	4				
Débitos com partes relacionadas	4	4				
Não circulante						
Débitos com partes relacionadas	22.716	18.236				
	22.716	18.236				
Patrimônio líquido						
Capital social	43.628	43.628				
Reservas de lucros	-	-				
Prejuízos acumulados	(65.479)	(61.067)				
	(21.851)	(17.439)				
Total do passivo	869	801				

QUATRIA NAVAL S.A.

CNPJ Nº 17.831.251/0001-10



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento as disposições estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas. o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 da Quatria Naval S.A. A Administração agradece a todos que contribuíram para os resultados alcançados, especialmente a nossa equipe de colaboradores pelo empenho e dedicação, aos fornecedores e prestadores de serviços pela qualidade e pontualidade e aos clientes pela credibilidade em nosso trabalho. Rio de Janeiro, 08 de maio de 2026. A Diretoria.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante:					
Caixa e equivalente de caixa	4	21	7.524	4	1
Contas a receber de clientes	5	1.829	12.624	954	-
Imposto a compensar	6	44	45	5	4
Outras contas a receber	7	2.761	7.245	90	530
		4.655	27.438	1.053	535
Não Circulante:					
Realizável a longo prazo:					
Outras contas a receber	7	163.040	183.276	-	-
Depósitos judiciais	20.c	2.024	4.124	-	-
		165.064	187.400	-	-
Investimentos:					
Coligadas e controladas	8.a	-	16.704	128.189	193.667
Imobilizado	9	1.524	84.796	3	3
		166.588	288.900	128.192	193.670
		171.243	316.338	129.245	194.205

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Passivo	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante:					
Fornecedores	10	5.445	7.604	5	8
Financiamentos	11	-	29.849	-	-
Obrigações fiscais, salários e encargos sociais	12	420	2.459	175	359
Outras contas a pagar	14	-	7.054	-	-
		5.865	46.966	180	367
Não Circulante:					
Financiamentos	11	-	56.933	-	-
Provisão para contingências	20.a	5.856	5.183	-	-
Provisão para perda de investimento	8.b	128.939	-	265.380	141.978
Obrigações fiscais, salários e encargos sociais	12	329	539	-	-
Partes Relacionadas	13	280.574	307.479	117.110	155.727
Outras contas a pagar	14	3.105	3.105	-	-
		418.803	373.239	382.490	297.705
Patrimônio líquido:					
Capital social	15	640.583	618.294	640.583	618.294
Prejuízo acumulado		(981.229)	(825.206)	(981.229)	(825.206)
Ajuste de avaliação patrimonial		87.221	103.045	87.221	103.045
		(253.425)	(103.867)	(253.425)	(103.867)
		171.243	316.338	129.245	194.205

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Resultado operacional líquido	16	-	45.027	-	-
Custos dos serviços prestados	17.a	-	(22.624)	-	-
Lucro Bruto		-	22.403	-	-
Receitas (despesas) operacionais:					
Despesas gerais e administrativas	17.b	(12.757)	(12.245)	(8.829)	(10.209)
Depreciações		(1.592)	(2.391)	-	-
Despesas tributárias		(137)	(366)	(25)	(102)
Resultado de equivalência patrimonial	8.c	(140.214)	(70.094)	(147.167)	(65.692)
Outros resultados operacionais	18	(544)	4.438	2	1
		(155.244)	(80.658)	(156.019)	(76.002)
Receitas financeiras					
		109	594	-	-
Despesas financeiras		(888)	(13.199)	(4)	(3)
	19	(779)	(12.605)	(4)	(3)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(156.023)	(70.860)	(156.023)	(76.005)
Contribuição social		-	(1.368)	-	-
Imposto de renda		-	(3.777)	-	-
Prejuízo do exercício		(156.023)	(76.005)	(156.023)	(76.005)
Prejuízo do exercício por ação	15.d	-	(0.00025)	-	(0.00013)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo do exercício	(156.023)	(76.005)
Outros Resultados Abrangentes:		
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado		
Ajuste de conversão de investimento no exterior	(15.824)	31.857
Resultado abrangente total	(171.847)	(44.148)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)

1 - Contexto Operacional: A Quatria Naval S.A. (antiga Queiroz Galvão Naval S.A.) é uma sociedade de capital fechado, subsidiária Somah Investimentos e Participações S.A., tendo sido criada em 27 de março de 2013, tendo como objetivo a participação em sociedades, no Brasil ou no exterior, cuja atividade contemplem, individual ou coletivamente, a) engenharia, construção, montagem, serviços de reparo de navios e outros produtos da área naval; b) a construção de plataformas marítimas e módulos de plataformas marítimas para clientes estabelecidos no Brasil ou no exterior; c) a implantação de estaleiro; d) a conversão de navios, industrialização de módulos e integração para unidade flutuante de produção de petróleo e perfuração de poços; e e) a exploração de atividades acessórias ou complementares às atividades acima. Em 02 de julho de 2024, através de Ata de Assembleia Geral Extraordinária, foi alterado a razão social da Queiroz Galvão Naval S.A., para Quatria Naval S.A. A Quatria Naval é uma das poucas empresas pré-qualificadas para prestação de serviços de EPC em FPSOs (Floating Production Storage and Offloading) para a Petrobras. A Quatria Naval monitora de perto o mercado com vistas a participação nas licitações futuras.

2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas: 2.1. Base de preparação: a) Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis da Companhia compreendem as demonstrações contábeis individuais, identificadas como Controladora, e as demonstrações contábeis consolidadas, identificadas como Consolidado, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros ("IFRSs") emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidencição a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão. A Administração vem avaliando a capacidade da Companhia e suas controladas em continuar operando, vem implementando ações para garantir seu equilíbrio econômico-financeiro, de modo que possa recursos para dar continuidade a seus negócios. Portanto, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas com base nesse pressuposto. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram aprovadas para divulgação pela Administração em 08 de maio de 2026. **b) Base de mensuração:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela valorização de certos ativos financeiros (mensurados a valor justo). A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis, e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas no item (d). **c) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando-se a moeda do principal ambiente econômico, no qual cada empresa atua ("Moeda Funcional"). A Moeda Funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas é o Real. 1. Transações e saldos em moedas estrangeira: As operações/transações financeiras e saldos em moeda estrangeira são registradas pelas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa vigente na data do balanço patrimonial. Os ganhos e perdas decorrentes da liquidação de transações em moeda estrangeira e resultantes da conversão de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração de resultado. 2. Conversão das demonstrações contábeis de controladas localizadas no exterior: Os ativos e passivos destas controladas são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data do balanço patrimonial, enquanto os saldos das demonstrações do resultado e fluxos de caixa são convertidos pelas taxas de câmbio médias do exercício e os saldos das mutações do patrimônio líquido pelas taxas de câmbio históricas das respectivas transações. Os ajustes de conversão, compreendidos pela diferença entre as taxas de câmbio média e histórica, são registrados diretamente no resultado abrangente. **d) Uso de estimativas e julgamentos:** Ao preparar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas em ativos, provisão para imposto de renda e contribuição social e outras avaliações similares. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas, pelo menos anualmente. Não houve neste exercício alterações nas premissas e políticas contábeis em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas anuais da Companhia em 31 de dezembro de 2025. **2.2. Demonstrações Contábeis Individuais:** As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo publicadas juntamente com as demonstrações contábeis consolidadas, tendo sido elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores e das normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Nas demonstrações contábeis individuais, as empresas controladas, empresas controladas em conjunto e empresas coligadas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia. **2.3. Demonstrações contábeis consolidadas:** As demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e 2024 abrangem as da controladora Quatria Naval S.A. e as empresas controladas nas quais mantém participação conforme detalhamento apresentado na nota explicativa nº 9. O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas segundo a sua natureza, complementado com as seguintes eliminações: (i) dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas; (ii) das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas; (iii) dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, quando aplicável, decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas e (iv) destaque das participações dos acionistas não controladores no patrimônio líquido. **2.4. Normas e interpretações emitidas e ainda não vigentes:** Na data de autorização destas demonstrações contábeis, a Companhia não aplicou as normas e interpretações novas e revisadas que foram emitidas, mas ainda não tem sua adoção mandatória:

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
O IFRS 18, substitui o IAS 1 – substituição do CPC 26 (R1)	Novos requisitos para a apresentação das demonstrações financeiras.	A partir de 1º. de janeiro de 2027
Alterações ao CPC 18 (R3) o e a ICPC 09 (R3)	Alinhamento dos padrões contábeis brasileiros com os internacionais do IASB referente a método de equivalência patrimonial.	A partir de 1º. de janeiro de 2025
Alterações ao CPC 02 (R2) e CPC 37 (R1)	Mudanças na definição do conceito de moeda conversível e orientam sobre procedimentos para moedas não conversíveis.	A partir de 1º. de janeiro de 2025
Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7	Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	A partir de 1º. de janeiro de 2026
Alterações ao IAS 21	Falta de Conversibilidade - exige que as empresas informem mais sobre o uso de taxas de câmbio estimadas quando uma moeda não pode ser convertida em outra.	A partir de 1º. de janeiro de 2025
Reforma Tributária no Brasil	A Lei Complementar nº 214, que regulamenta a reforma tributária brasileira, introduz mudanças significativas no sistema tributário nacional, com o objetivo de simplificar a arrecadação, reduzir a burocracia e promover maior justiça fiscal.	Início em 2026 e prevista para 2033 na sua integralidade

Não é esperado que a adoção das normas listadas acima tenha impactos relevantes sobre as demonstrações contábeis da Companhia e, períodos futuros.

3 - Principais Práticas Contábeis: As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos/exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis. **a) Apuração do resultado:** É apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios. **b) Instrumentos financeiros: (i) Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos financeiros inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia e de suas controladas incluem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham o direito legal de compensar os

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial		Total
			31/12/2025	31/12/2024	
Saldos em 01 de janeiro de 2024	576.616	(749.201)	71.188	(101.397)	(101.397)
Aumento de capital (AGE 18-01-2024)	41.678	-	-	41.678	31.857
Ajuste de conversão de investimentos no exterior	-	-	31.857	-	(76.005)
Prejuízo do exercício	-	(76.005)	-	-	(76.005)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	618.294	(825.206)	103.045	(103.867)	(103.867)
Aumento de capital (AGE 22.10.2025)	22.289	-	-	-	22.289
Ajuste de conversão de investimentos no exterior	-	-	(15.824)	-	(15.824)
Prejuízo do exercício	-	(156.023)	-	-	(156.023)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	640.583	(981.229)	87.221	(253.425)	(253.425)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo do exercício		(156.023)	(76.005)	(156.023)	(76.005)
Ajustes por:					
Depreciação	9	1.592	24.605	-	-
Renda de Investimento (Equivalência Patrimonial)	8.c	140.214	70.094	(147.167)	65.692
Provisão para demandas judiciais		674	-	-	-
Valor residual do imobilizado baixado	9	81.680	2.229	-	-
Valor investimento baixado	8.c	25.135	-	25.135	-
Variação ativa		-	(78)	-	-
Provisão IR e CS		-	5.145	-	-
Juros sobre empréstimos		720	11.096	-	-
Resultado Ajustado		93.992	37.086	(278.055)	(10.313)
Variações nos ativos e passivos operacionais:					
Diminuição (aumento) em contas a receber		10.795	(2.054)	(954)	-
Diminuição (aumento) em impostos a compensar		1	1.523	(1)	62
Diminuição (aumento) em outras contas a receber		26.820	(26.713)	440	(50)
Diminuição (aumento) em partes relacionadas		(26.905)	(28.465)	(38.617)	(27.025)
Aumento (diminuição) em fornecedores		(2.159)	11	(3)	6
Aumento (diminuição) em salários, encargos e obrigações fiscais a pagar		(2.249)	(3.755)	(184)	163
Aumento (diminuição) em outras contas a pagar		(7.054)	(4.286)	-	-
Recursos líquidos gerados (usados) nas atividades operacionais		93.241	(26.653)	(317.374)	(37.157)
Fluxo de Caixa das atividades de investimento					
(-) aquisição de ativo imobilizado e intangível	9	-	(43.843)	-	-
(-) aquisição de controlada (líquido do caixa incluído na aquisição)	8.c	(35.531)	31.857	295.088	(22.245)
Dividendos recebidos		-	-	-	17.717
Recursos líquidos gerados (usados) nas atividades de investimento		(35.531)	(11.986)	295.088	(4.528)
Fluxos de Caixa das atividades de financiamento					
Aumento de capital		22.289	41.678	22.289	41.678
Recebimento/pagamento de empréstimo/financiamento		(87.502)	589	-	-
Recursos líquidos gerados (usados) nas atividades de investimento		(65.213)	42.267	22.289	41.678
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		(7.503)	3.628	3	(7)
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa:					
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		7.524	3.896	1	8
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		21	7.524	4	1
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		(7.503)	3.628	3	(7)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de até 90 dias a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. A Companhia e suas controladas possuem classificados em caixa e equivalentes de caixa saldos em conta corrente bancária e aplicações financeiras, conforme Nota Explicativa nº 5. **Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial. **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo. **(ii) Passivos financeiros não derivativos:** A Companhia e suas controladas reconhecem títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo dos passivos designados pelo valor justo registrados no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte nas disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas classifica os passivos financeiros não derivativos a valor justo por meio do resultado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **(iii) Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia e suas controladas não operam com instrumentos financeiros derivativos. De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas não efetuam operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. **c) Contas a receber:** Apresentadas ao valor contábil, não sendo aplicável o ajuste a valor presente. A Administração, fundamentada em análise dos históricos de perdas, constituiu provisão para perda esperada de créditos de liquidação duvidosa, em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização dos empréstimos a receber. As provisões são constituídas pelos montantes considerados suficientes para cobertura de eventuais perdas, observando a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. A Companhia e suas controladas adotam como prática a provisão integral de contratos encerrados e não recebidos, e para as demais contas a receber com entidades públicas e privados não encerrados não constitui provisão para perda esperada. **d) Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do Custo Médio de Aquisição e inclui gastos incorridos pela aquisição dos estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazer-los às suas localizações e condições existentes. **e) Investimentos:** Investimentos em controladas e coligadas, avaliados pelo método da equivalência patrimonial, com base em demonstrações contábeis das empresas investidas. Os resultados apurados estão demonstrados como resultado operacional na conta de resultado de equivalência patrimonial. As demonstrações contábeis das controladas e coligadas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia e até a data em que o controle deixa de existir. Controladas são aquelas que de forma direta ou indireta, a controladora exerce o poder de regular as políticas contábeis e operacionais, para a obtenção de benefícios de suas atividades normalmente acompanhadas de uma participação de mais do que a metade dos direitos de voto (capital votante). Coligadas são investimentos onde a companhia tem o poder de exercer uma influência significativa, mas em que não detém o controle ou o controle conjunto através da participação nas decisões financeiras e operacionais da Companhia. O uso do método da equivalência patrimonial é suspenso a partir da data em que a Companhia deixar de ter influência significativa sobre a coligada. As demonstrações contábeis das controladas e coligadas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia e até a data em que o controle deixa de existir. **f) Imobilizado:** Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo reavaliações procedidas em anos anteriores e os ajustes de avaliação patrimonial ao custo atribuído, deduzido da depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado. Os itens do imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica de cada componente. Os itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança das estimativas contábeis. **g**

QUATRIA NAVAL S.A.

CNPJ Nº 17.831.251/0001-10



uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. Os passivos contingentes são avaliados pela Administração com o apoio dos assessores legais da Companhia e de suas controladas, onde aqueles considerados como provável o risco de perda, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, são provisionados nas demonstrações contábeis e os de perda possível, desde que relevantes, são divulgados nas notas explicativas. **k) Reconhecimento de receita:** A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, reclamações e pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja provável que elas resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. Tão logo o resultado de um contrato de construção possa ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão do contrato. Despesas de contrato são reconhecidas quando incorridas, a menos que elas criem um ativo relacionado à atividade do contrato futuro. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados. Quando o resultado de um contrato de construção não pode ser medido de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida até o limite dos custos reconhecidos na condição de que os custos incorridos possam ser recuperados. Perdas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado. **Receitas diferidas:** O resultado das obras de curto prazo está registrado em Receitas Diferidas. O reconhecimento em conta de resultado é feito por ocasião do encerramento da obra. **l) Contratos de arrendamento:** Em 1º de janeiro de 2019 entrou em vigor o CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1)), estabelecendo os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e introduzindo um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso, que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado, em contrapartida de um passivo de arrendamento, que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. A norma incluiu duas isenções de reconhecimento para os arrendatários: arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos). A Companhia e suas controladas não identificaram efeitos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 como consequência da aplicação desta norma. **m) Resultado básico por ação:** A Companhia e suas controladas efetuam os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação. O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro/prejuízo do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos com efeitos dilutivos, e, portanto, o resultado básico por ação é igual ao resultado diluído por ação. **n) Demonstração dos Fluxos de Caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2).

4 - Caixa e Equivalente de Caixa

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	1	1	-	-
Depósitos bancários à vista	20	3.857	4	1
Aplicação financeira	-	3.666	-	-
Total	21	7.524	4	1

5 - Contas a Receber: Os registros contábeis do Contas a Receber da Companhia são efetuados de acordo com o regime de competência dos exercícios, incluindo as medições de serviços a faturar, cujos custos correspondentes já transcorreram até a data do balanço.

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Por atividade				
Locação	-	11.749	-	-
Outros	-	1.829	-	875
Total	-	1.829	-	12.624
Por vencimento				
A vencer em até 30 dias	-	11.749	-	-
A vencer	-	954	-	-
Vencido há mais que 180 dias	-	875	-	875
Total	-	1.829	-	12.624

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Por atividade				
Outros	-	954	-	-
Total	-	954	-	-
Por vencimento				
A vencer	-	954	-	-
Total	-	954	-	-

6 - Impostos a Compensar

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda ano anterior	44	45	5	4
Total	44	45	5	4

7 - Outras Contas a Receber

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante				
Adiantamento a Funcionários	876	867	90	90
Adiantamento a Fornecedores	1.885	6.378	-	390
Total	2.761	7.245	90	530
Não Circulante				
Contas a receber - CQG Oil Gas	161.765	182.001	-	-
Contas a receber - QGTDs	1.275	1.275	-	-
Total	163.040	183.276	-	-

8 - Investimento

	Saldo em 31/12/2024	Resultado abrangente	Aporte/redução capital	Equivalência patrimonial	Provisão p/ perda	Baixa investimento	Saldo em 31/12/2025
Estaleiro Atlântico Sul	16.704	-	-	(145.643)	128.939	-	-
Lequip Locadora Ltda. (i)	19.706	-	-	5.429	-	(25.135)	-
CQG Oil & Gas	141.997	(15.824)	-	(1)	-	-	126.172
Queiroz Galvão Segurança	15.260	-	(13.229)	(14)	-	-	2.017
a) Total investimento	193.667	(15.824)	(13.229)	(140.229)	128.939	(25.135)	128.189
Estaleiro Atlântico Sul	-	-	-	-	(128.939)	-	(128.939)
Hormigon Offshore	(141.978)	-	12.475	(6.938)	(136.441)	-	(136.441)
b) Total prov. Perda	(141.978)	-	12.475	(6.938)	(265.380)	-	(265.380)
c) Total	(15.824)	(754)	(147.167)	(136.441)	(25.135)	(137.191)	-

i) Através de instrumento particular de compra e venda de quotas e outras avenças, em maio de 2025, a totalidade das quotas de participação na controlada Lequip Locadora Ltda, foi vendida para Casa Fortis investimentos e Participações S.A.

	Saldo em 31/12/2023	Dividendos	Resultado abrangente	Aporte capital	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2024
Estaleiro Atlântico Sul	86.798	-	-	-	(70.094)	16.704
Lequip Locadora Ltda.	9.858	(17.717)	-	18.763	8.802	19.706
CQG Oil & Gas Contractors	111.017	-	30.980	-	-	141.997
Queiroz Galvão Segurança	31.925	-	-	(16.647)	(18)	15.260
a) Total investimento	239.598	(17.717)	30.980	2.116	(61.310)	193.667
Hormigon Offshore	(158.602)	-	877	20.129	(4.382)	(141.978)
b) Total prov. Perda	(158.602)	-	877	20.129	(4.382)	(141.978)
c) Total	(17.717)	-	31.857	22.245	(65.692)	-

A Conta de investimentos não consolidados está disposta da seguinte forma:

	Investimentos:	31/12/2025		31/12/2024	
		Valor do Investimento	Resultado de Equivalência	Valor do Investimento	Resultado de Equivalência
Estaleiro Atlântico Sul S/A	50%	-	-	16.704	(70.094)
Lequip. Locadora	-	-	5.429	-	-
Investimentos em coligadas	-	-	5.429	16.704	(70.094)
Provisão para perda:	-	-	-	-	-
Estaleiro Atlântico Sul S/A	50%	(128.939)	(145.643)	-	-
Total		(128.939)	(145.643)	-	(70.094)

9 - Imobilizado

	Consolidado	Saldo em 31/12/2024	Aquisições	Baixas	Depreciação acumulada	Saldo em 31/12/2025
Imobilizado em curso	1.461	-	-	-	-	1.461
Máquinas, aparelhos e equipamentos	5.309	-	(1)	(5.245)	63	
Outras imobilizações	1.173	-	-	(1.173)	-	
Equipamento de campo	81.791	-	(81.791)	-	-	
Equipamentos auxiliares	4.395	-	(4.395)	-	-	
Veículos	25.540	-	(28.540)	-	-	
Total	218.915	-	(115.018)	(102.373)	1.524	

	Depreciação acumulada	Saldo em 31/12/2024	Depreciação	Baixas	Saldo em 31/12/2025
Máquinas, aparelhos e equipamentos	(5.234)	(11)	-	(5.245)	
Outras imobilizações	(1.173)	-	-	(1.173)	
Equipamento de campo	(26.433)	-	26.433	-	
Equipamentos auxiliares	(681)	-	681	-	
Veículos	(6.224)	-	6.224	-	
Total	(134.119)	(1.592)	33.338	(102.373)	

	Consolidado	Saldo em 31/12/2023	Aquisições	Baixas	Depreciação acumulada	Saldo em 31/12/2024
Imobilizado em curso	1.461	-	-	-	1.461	
Máquinas, aparelhos e equipamentos	5.309	-	-	(5.234)	75	
Outras imobilizações	1.173	-	-	(1.173)	-	
Equipamento de campo	61.890	19.981	(80)	(26.433)	55.358	
Equipamentos auxiliares	706	3.689	-	(681)	3.714	
Veículos	11.133	19.878	(2.471)	(6.224)	22.316	
Total	177.622	43.844	(2.551)	(134.119)	84.796	

	Consolidado (Depreciação acumulada)	Saldo em 31/12/2023	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/2024
Máquinas, aparelhos e equipamentos	(5.223)	(11)	-	(5.234)	
Outras imobilizações	(1.173)	-	-	(1.173)	
Equipamento de campo	(8.833)	53	(17.653)	(26.433)	
Equipamentos auxiliares	(255)	-	(426)	(681)	
Veículos	(2.362)	268	(4.130)	(6.224)	
Total	(109.835)	321	(24.605)	(134.119)	

10 - Fornecedores

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores no País	1.585	3.260	5	8
Fornecedores no Exterior	3.860	4.344	-	-
Total	5.445	7.604	5	8

11 - Financiamentos: Os valores em contas de financiamentos são:

Instituição	Finalidade	Indexador	Garantia	Tx Juros	31/12/2025		31/12/2024	
					Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Banco do Brasil	Capital de Giro (i)	T.J.L.P.	Aval	3,75%	-	-	13.889	-
Caterpillar financial	C.D.C. (ii)	CDI	Bens	18,10%	-	-	8.739	32.537
Banco Guanabara	C.D.C (ii)	CDI	Bens	6,42%	-	-	1.244	2.056
Banco Daycoval	C.D.C (ii)	CDI	Bens	18,02%	-	-	950	3.482
Banco Mercedes Benz	C.D.C (iii)	CDI	Bens	18,26%	-	-	1.557	9.624
BMG	Nota Comercial(iii)	CDI	Bens	100% + 4,80%	-	-	3.470	9.234
Total							29.849	56.933

(i) O Capital de Giro é montante obtido com recursos do Fundo da Marinha Mercante, firmado com o Banco do Brasil S.A., para ampliação do Estaleiro Rio Grande - RS. Este empréstimo foi quitado em agosto de 2025. (ii) os financiamentos da modalidade C.D.C. possuem taxas de juros prefixadas entre 10,8% e 18,10% a.a. e prazo médio de pagamento 60 meses com vencimentos das últimas parcelas entre 2027 e 2029. (iii) os financiamentos da modalidade Nota comercial possuem taxa de juros entre CDI + 4,80%, e prazo médio de 41 meses. Os financiamentos das modalidades C.D.C e Nota Comercial, pertence a investida Lequip Locadora Ltda., vendida em maio de 2025 conforme nota 8.i.

12 - Obrigações Fiscais, Salários e Encargos

	Circulante		Não circulante		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Obrigações sobre receita bruta	-	186	-	-	-	-
Retenções de impostos terceiros	30	74	-	-	30	73
Parcelamento impostos	211	210	329	539	-	-
Obrig. fiscais s/lucro	-	1.669	-	-	-	-
Total	241	2.139	329	539	30	73
Salários e encargos sociais	73	155	-	-	72	155
Provisões trabalhistas	106	165	-	-	73	131
Total	179	320	-	-	145	286
Total	420	2.459	329	539	175	359

13 - Partes Relacionadas

	31/12/2025		31/12/2024	
	A receber	A pagar	A receber	A pagar
Atria Investimentos	-	(3.268)	-	(3.221)
Áya Construtora S.A.	-	(724)	-	(708)
QGI Oil & Gás	-	(31.732)	-	(35.705)
QGI Brasil S.A.	-	(126.454)	-	(126.285)
EGTC Infra S.A.	-	(136.053)	-	(173.462)
QUIP S.A.	-	(1.093)	206	-
Locav	-	-	13.229	-
Agropecuária Rio Aratau S.A.	-	(319)	-	(319)
Lequip Locadora Ltda.	288	-	-	-
Estaleiro Atlântico Sul S.A.	18.781	-	18.786	-
Total	19.069	(299.643)	32.221	(339.700)

	31/12/2025		31/12/2024	
	A receber	A pagar	A receber	A pagar
QGI Brasil S.A.	1			

QUATRIA NAVAL S.A.

CNPJ Nº 17.831.251/0001-10



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTE

Aos Administradores e Acionistas da Quatria Naval S.A. - Rio de Janeiro - RJ

Opinião com ressalva: Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Quatria Naval S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo base para opinião com ressalva, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Quatria Naval S.A., em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatórios (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. **Base para opinião com ressalva:** A Companhia efetuou a equivalência patrimonial nas suas controladas Hormigon Offshore S.A. e Queiroz Galvão Tecnologia em Defesa e Segurança S.A. com base em balancetes de 31 de dezembro de 2025. Essas controladas não foram auditadas por nós nem por outros auditores independentes. Consequentemente não podemos expressar uma opinião sobre esses investimentos. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Incertezas: 1. Transações com partes relacionadas:** As transações com partes relacionadas são em condições definidas entre elas, não havendo encargos financeiros nem prazos de vencimentos para esses saldos. Conforme se verifica na nota nº 13 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Companhia apresenta saldos significativos com empresas do grupo. A continuidade operacional depende do equacionamento dos ativos e passivos com as empresas ligadas. Nossa opinião não está modificada em função deste assunto. **2. Investimento no Estaleiro Atlântico Sul S.A.:** Conforme mencionado no relatório dos outros auditores independentes, emitido em 27 de fevereiro de 2026, e em atenção à Nota Explicativa nº 1.4 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas do EAS, a Companhia encontra-se em processo de recuperação judicial, cujo passivo sujeito ao plano aprovado em Assembleia Geral de Credores totaliza R\$ 720.567 mil. Adicionalmente, a Companhia possui saldo de obrigações com partes relacionadas no montante de R\$ 992.005 mil, totalizando R\$ 1.712.572 mil em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 1.471.555 mil em 2024). O plano de recuperação judicial está fundamentado, principalmente, na diversificação de suas atividades operacionais, contemplando: (a) construção naval e outras estruturas metálicas; (b) manutenção de embarcações; e (c) alienação de ativos. Contudo, conforme divulgado nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta patrimônio líquido negativo no montante de R\$ 257.879 mil, além de depender do êxito na implementação das medidas previstas em seu plano de recuperação judicial, especialmente da retomada das atividades de construção naval, que até a presente data ainda não ocorreu. Essas condições, juntamente com outros assuntos descritos na referida nota explicativa, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de sua controlada. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto. **3. Incerteza relevante quanto à continuidade operacional:** A Companhia apresenta patrimônio líquido negativo e histórico de prejuízos acumulados, além de depender do suporte financeiro de partes relacionadas para a manutenção de suas operações. Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** As demonstrações contábeis da Quatria Naval S.A. e suas controladas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 apresentadas para fins de comparação, foram por nós examinadas e sobre elas emitimos relatório dos auditores, datado de 02 de maio de 2025, com incertezas similares as mencionadas acima. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e

consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócios do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 08 de maio de 2026.

Mário Vieira Lopes
Contador - CRC-RJ-060.611/O-0José Carlos de Almeida Martins
Contador - CRC-RJ- 036.737-0

Importância dos seguros na proteção de grandes patrimônios

Caso Taylor Swift evidencia a necessidade de preocupação

Especialistas destacam que soluções securitárias complementam acordos patrimoniais e ajudam a garantir liquidez, sucessão e continuidade dos negócios. A repercussão internacional em torno do possível acordo pré-nupcial entre a cantora Taylor Swift e o jogador Travis Kelce trouxe à tona um tema que vem ganhando cada vez mais relevância entre famílias empresárias e detentores de grandes patrimônios: a necessidade de estruturar mecanismos eficientes para proteger bens, investimentos e garantir estabilidade financeira diante de situações inesperadas.

Embora contratos patrimoniais sejam amplamente utilizados para definir direitos e responsabilidades entre as partes, especialistas apontam que a proteção financeira de patrimônios expressivos exige uma abordagem mais abrangente, envolvendo também solu-

ções de seguros capazes de preservar ativos, assegurar liquidez e minimizar impactos causados por eventos imprevistos.

Com patrimônio estimado em mais de US\$ 1 bilhão, Taylor Swift possui entre seus principais ativos os direitos de seu catálogo musical, considerado um dos mais valiosos da indústria do entretenimento. Já Travis Kelce acumula uma fortuna estimada em cerca de US\$ 90 milhões, construída por meio da carreira esportiva, contratos publicitários e investimentos.

Para o presidente do Sincor-MG, Gustavo Bentes, a combinação entre planejamento jurídico e proteção securitária representa uma das formas mais eficientes de garantir a preservação patrimonial ao longo do tempo. "Acordos patrimoniais estabelecem regras e responsabilidades entre as partes, mas o seguro é o instrumento que garante recursos financeiros diante de

situações que ninguém consegue prever, como falecimento, invalidez, processos judiciais ou perdas relevantes de patrimônio", afirma.

Segundo ele, uma das principais contribuições do seguro está na geração de liquidez em momentos críticos, especialmente em processos sucessórios. "Muitas vezes o patrimônio fica bloqueado durante inventários que podem durar meses ou até anos. O seguro permite acesso rápido a recursos financeiros para custear despesas, manter o padrão de vida da família e até mesmo quitar tributos sem a necessidade de vender ativos de forma precipitada", explica.

A utilização estratégica dos seguros também se mostra fundamental para a continuidade de empresas familiares e organizações que dependem da atuação de sócios ou executivos-chave. Em situações de sucessão ou afastamento inesperado, determinadas modalidades de cobertura

podem contribuir para a estabilidade dos negócios e evitar conflitos societários.

"O seguro voltado para acordos entre sócios é uma ferramenta extremamente importante. Os recursos da apólice podem ser utilizados para indenizar herdeiros ou viabilizar reorganizações societárias sem comprometer a operação da empresa", destaca Bentes.

Outro aspecto que demanda atenção está relacionado à proteção de bens de alto valor, como imóveis de luxo, obras de arte, coleções, joias e objetos exclusivos. Segundo o presidente do Sincor-MG, um dos erros mais comuns é manter valores segurados desatualizados diante da valorização desses ativos.

"Muitos patrimônios possuem bens que se valorizam rapidamente. Sem avaliações periódicas e coberturas adequadas, existe o risco de que a indenização não corresponda ao valor

real do patrimônio em caso de sinistro", alerta.

Além dos riscos tradicionais, especialistas observam um crescimento significativo das ameaças digitais envolvendo pessoas de alta renda, empresários e figuras públicas. Vazamentos de dados, invasões de dispositivos, tentativas de extorsão e danos à reputação passaram a integrar o conjunto de preocupações relacionadas à proteção patrimonial.

"Os riscos cibernéticos deixaram de ser uma preocupação exclusiva das empresas. Hoje, pessoas físicas também estão expostas a ataques que podem gerar prejuízos financeiros e danos à imagem. Existem coberturas específicas para esse tipo de situação, incluindo suporte para gestão de crise e monitoramento de ameaças digitais", explica Bentes.

Na avaliação do dirigente, esse cenário reforça a importância do trabalho

consultivo desenvolvido pelos corretores de seguros, que assumem um papel cada vez mais estratégico na identificação de vulnerabilidades e na construção de soluções personalizadas.

"O corretor precisa compreender a realidade de cada cliente, analisar seus riscos e estruturar uma proteção adequada. O foco deve estar na necessidade do segurado e não apenas na oferta de produtos padronizados", afirma.

Para o mercado de seguros, casos de grande repercussão internacional ajudam a ampliar a discussão sobre planejamento patrimonial e evidenciam que a proteção financeira vai muito além da preservação de bens materiais. Em um ambiente cada vez mais complexo e sujeito a riscos diversos, seguros e instrumentos jurídicos passam a atuar de forma complementar para garantir segurança, continuidade e tranquilidade às famílias e empresas.

Produtos com consórcios em busca de novas fontes de receita

Levantamento realizado pela ConKey, primeira escola de consórcios do Brasil, mostra que profissionais do setor buscam qualificação para diversificar negócios, aumentar faturamento e fortalecer o relacionamento com clientes

O crescimento do mercado de consórcios tem levado corretores de seguros a ampliar sua atuação para além das apólices tradicionais. Levantamento realizado pela ConKeyCpnkey, vertical da Teddy Open Finance especializada em educação e tecnologia para o mercado de consórcios, durante a

segunda edição da Imerção Método PVA, revelou que 67,2% dos participantes atuam como corretores de seguros e/ou vendedores de consórcio, evidenciando uma tendência de diversificação de receitas e ampliação do portfólio de soluções oferecidas aos clientes. O evento, realizado em maio, em Alphaville (SP), reuniu mais de 200 profissionais do setor.

O movimento acompanha a expansão do próprio mercado. Dados da Associação Brasileira de Administradoras de Consórcios (ABAC) apontam que o sistema movimentou R\$ 129

bilhões no primeiro trimestre de 2026, impulsionado principalmente pela busca por alternativas ao financiamento tradicional em um cenário de juros elevados. Na pesquisa realizada durante a capacitação, os participantes apontaram que o consórcio vem se consolidando como uma alternativa para ampliar a oferta de soluções aos clientes e gerar novas oportunidades de negócios. Os dados revelam um público formado por profissionais experientes em vendas e relacionamento, mas que enxergam na qualificação técnica uma forma de aumentar sua

competitividade e expandir sua atuação comercial.

Segundo Erick Branco, CEO da ConKey, o consórcio vem ganhando espaço dentro das corretoras por complementar a oferta de produtos já disponibilizados aos clientes. "O corretor possui um ativo valioso, que é a confiança construída ao longo do relacionamento com sua carteira. O que temos observado é um movimento crescente de profissionais que passam a incorporar o consórcio como uma solução complementar, ampliando sua atuação e fortalecendo o papel consultivo junto aos clientes", afirma.

A pesquisa também identificou os principais desafios enfrentados pelos participantes. A prospecção de novos clientes foi apontada como a maior dificuldade por 54,3% dos entrevistados, seguida pela construção de posicionamento digital (44,3%) e pelo aumento do ticket médio das vendas (35,7%). Ao mesmo tempo, 57,1% afirmaram buscar maior domínio sobre estratégias, simulações e estruturação de operações, enquanto 55,7% desejam multiplicar os resultados comerciais. Outros 52,9% declararam ter como objetivo se tornar referência

e construir autoridade no segmento.

Para Renato Magno, CVO da ConKey e um dos idealizadores do Método PVA, a evolução do mercado exige uma atuação cada vez mais técnica e consultiva. "O consórcio deixou de ser visto apenas como uma alternativa de compra parcelada. Hoje, muitos clientes utilizam o produto como ferramenta de alavancagem patrimonial. Isso exige profissionais preparados para compreender cálculos, estruturar estratégias e conduzir uma conversa consultiva baseada nas necessidades do cliente", explica.

Brasil tem nove aeroportos entre os 20 melhores do mundo

O Brasil tem nove aeroportos entre os 20 melhores do mundo, segundo a avaliação de passageiros, aponta a edição 2026 do AirHelp Score. O ranking analisou 279 aeroportos (29 a mais que na edição anterior), distribuídos em 76 países.

O mais bem colocado na avaliação foi o Aeroporto Internacional Pinto Martins, em Fortaleza, considerado o segundo melhor do mundo, com nota 8,42. A primeira posição ficou com o aeroporto do Panamá, que recebeu nota 8,48.

O pior avaliado pelos passageiros no mundo foi o aeroporto de Cartago, na Tunísia, com nota 5,50.

O estudo avaliou três dimensões: pontualidade (atrasos e cancelamentos de voos), experiência do passageiro (atendimento, tempo de espera, limpeza, acessibilidade e sinalização) e infraestrutura e conforto (lojas, restaurantes, áreas de descanso e entretenimento).

Entre os brasileiros, o Aeroporto Internacional Recife/Guararapes-Gilberto Freyre ficou em quarto lugar no ranking global,

com nota 8,34, seguido pelo Aeroporto Internacional de Brasília-Presidente Juscelino Kubitschek, na quinta posição, com nota 8,30. O Aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro, ocupou a sexta, com nota 8,28.

Outros aeroportos brasileiros que figuraram entre os 20 melhores do mundo foram Belém (oitavo lugar, nota 8,17), Viracopos-Campinas (11º lugar, nota 8,15), Galeão (16º lugar, nota 8,12), Salvador (17º lugar, nota 8,10) e Belo Horizonte/Confins (19º lugar, nota 8,08).

Os aeroportos brasileiros com pior colocação foram Guarulhos, que ficou na 99ª posição global, com nota 7,70, e Salgado Filho, em Porto Alegre, na 68ª posição, com nota 7,79.

No quesito infraestrutura e conforto - indicador baseado nas avaliações dos passageiros sobre lojas, restaurantes, áreas de descanso e opções de entretenimento - o aeroporto de Recife obteve a maior nota entre os aeroportos brasileiros, com 7,9 pontos. Em seguida apareceram Viracopos (SP) e Belém,

ambos com nota 7,8. Os resultados mostram que aeroportos de diferentes regiões do Brasil vêm se destacando pela qualidade das instalações e pelo conforto oferecido aos passageiros.

O aeroporto internacional de Brasília registrou a maior nota de pontualidade entre os aeroportos brasileiros, seguido por Fortaleza e Santos Dumont. Na outra ponta do ranking, Guarulhos apresentou a menor nota de pontualidade entre os aeroportos brasileiros avaliados.

No Brasil, o fluxo de passageiros nos aeroportos manteve ritmo acelerado e fechou 2025 em patamar recorde. Dados consolidados do Ministério de Portos e Aeroportos e da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) indicam que mais de 100 milhões de passageiros circularam pelos aeroportos brasileiros ainda antes do fim do ano, com o país encerrando 2025 com cerca de 130 milhões de passageiros transportados em voos domésticos e internacionais - um crescimento próximo de 9% em relação a 2024.

Aliseo Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ nº 46.155.662/0001-31

Balancço patrimonial - 31/12/2025 e 2024 (Em MR\$, exceto quando indicado de outra forma)				Demonstração do resultado - 31/12/2025 e 2024 (Em MR\$, exceto quando indicado de outra forma)				Demonstração dos fluxos de caixa - 31/12/2025 e 2024 (Em MR\$, exceto quando indicado de outra forma)					
	Nota	2025	2024		Nota	2025	2024		2025	2024		2025	2024
Ativo													
Circulante													
Caixa e equivalentes	4	207	2.473	Receita operacional líquida	14	394.959	372.238	Fluxo de caixa das atividades operacionais				2025	2024
Aplicações financeiras	5	75.575	35.708	Custos dos serviços prestados	15	(267.140)	(116.338)	Resultado antes dos impostos				97.564	82.660
Clientes a receber	6	49.815	27.256	Lucro bruto		127.819	255.900	Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com o caixa:					
Impostos a recuperar	7	2.567	5.684	Despesas operacionais	16	(14.841)	(114.516)	Depreciação e amortização				58.127	45.972
Outros ativos		3.680	1.374	Despesas gerais e administrativas	17	(8.910)	(14.356)	Amortização do direito de uso				24.162	19.375
		131.844	72.495	Despesas com pessoal	18	36.002	53.804	Juros sobre debêntures				36.588	76.716
Não circulante													
Contas a receber	6	6.716	3.449	Outras despesas e receitas operacionais, líquidas	18	12.251	(75.068)	Juros sobre arrendamentos				3.938	3.468
Depósitos judiciais		1.937	1.025	Resultado operacional antes do resultado financeiro		140.070	180.832	Juros sobre empréstimos				2.040	20.108
Imobilizado	8	283.542	312.934	Despesas financeiras	19	(47.567)	(100.830)	Encargos financeiros sobre mútuos				1.678	4.593
Intangível		887	774	Receitas financeiras	19	5.060	2.658	Provisão/reversão de contingências				(1.556)	(8.571)
Outros adiantamentos		3.203	-	Resultado financeiro líquido		(42.507)	(98.172)	Provisão participação dos empregados nos lucros				24	3
Direito de uso	9	564.992	547.099	Despesas financeiras	19	(47.567)	(100.830)	Recuperação de despesas/reversão de provisões				(28.120)	(34.177)
		861.277	865.281	Resultado antes dos impostos		97.563	82.660	Variações nos ativos e passivos operacionais:					
		993.121	937.776	IR e contribuição social sobre o lucro	20	(21.733)	(14.071)	Contas a Receber				(22.559)	(22.745)
				Lucro líquido do exercício		75.830	68.589	Impostos a recuperar				(3.116)	612
Total do ativo													
Passivo													
Circulante													
Fornecedores		4.334	7.929	Demonstrações dos resultados abrangentes - 31/12/2025 e 2024									
Debêntures	10	145.691	144.656	(Em MR\$, exceto quando indicado de outra forma)									
Arrendamentos	9	21.862	21.302			2025	2024						
Partes relacionadas	12	-	8.140	Lucro líquido do exercício		75.830	68.589						
Obrigações tributárias		26.693	19.030	Outros resultados abrangentes		-	-						
Obrigações trabalhistas		5.744	4.945	Total do resultado abrangente do exercício		75.830	68.589						
Outros passivos		17.664	3.356	Demonstração das mutações do patrimônio líquido (passivo descoberto)									
		221.988	209.358	31/12/2025 e 2024 (Em MR\$, exceto quando indicado de outra forma)									
Não circulante													
Debêntures	10	151.912	186.496	Capital social									
Arrendamentos	9	573.188	553.859	Prejuízos acumulados									
Partes relacionadas	12	36.602	65.702	Saldo em 31/12/23	13	70.000	(224.642)						
Empréstimos		19.524	6.729	Lucro líquido do exercício		-	68.590						
Provisão para demandas judiciais	11	129	1.685	Saldo em 31/12/24	13	70.000	(156.052)						
		781.355	814.471	Lucro líquido do exercício		-	75.830						
Patrimônio líquido (passivo descoberto)													
Capital social	13	70.000	70.000	Saldo em 31/12/25		70.000	(80.222)						
Prejuízos acumulados		(80.222)	(156.053)										
		(10.222)	(86.053)										
		993.121	937.776										

Edson Barroso de Sena - CRC 1SP221878/O-8 - CPF: 266.491.148-12

ZI PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 03.772.677/0001-36

Relatório da Administração: Senhores Acionistas, reapresentamos a V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 em retificação aos dados ora apresentados em publicação da edição do Jornal Monitor Mercantil de 30.04.2026.																			
Balancços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)																			
		Controladora				Consolidado						Controladora				Consolidado			
	No-tas	2025	2024	2025	2024		No-tas	2025	2024	2025	2024		No-tas	2025	2024	2025	2024		
Ativo																			
Circulante																			
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.075	16.503	596.259	581.536	Passivo Circulante													
Contas a receber de clientes	5	-	-	349.454	353.045	Fornecedores	13	108	45	61.842	42.542	Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado:							
Estoques		-	-	51.455	48.338	Empréstimos e financiamentos	14	-	-	121.718	175.202	- Outros resultados abrangentes		19	168	19	168		
Créditos com partes relacionadas	16	219	144	2.844	2.510	Passivo de arrendamento		-	-	3.727	1.927	Resultado abrangente do exercício		169.350	118.962	364.532	263.707		
Dividendos a receber		-	-	8.185	14.078	Debêntures e notas comerciais escriturais	15	-	-	168.855	388.147	Atribuído a:							
Créditos tributários	6	1.395	1.053	12.508	5.650	Impostos e contribuições sociais	17	308	130	99.613	89.244	Acionistas controladores		169.350	118.962	169.350	118.962		
Outros créditos		136	113	30.447	23.612	Débitos com partes relacionadas	16	-	-	32.752	20.570	Acionistas não controladores		-	-	195.182	144.745		
		8.825	17.813	1.051.152	1.028.769	Débitos com acionistas	16	-	-	385	359	Demonstrações dos Fluxos de Caixa							
Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)																			
		Controladora				Consolidado						Controladora				Consolidado			
		2025				2024						2025				2024			
Fluxo de caixa das atividades operacionais																			
Lucro líquido do exercício																			
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado:																			
- Outros resultados abrangentes																			
Resultado abrangente do exercício																			
Atribuído a:																			
Acionistas controladores																			
Acionistas não controladores																			
Fluxo de caixa das atividades de investimento																			
Lucro líquido do exercício																			
Ajustes para conciliar o lucro líquido ao caixa e equivalentes de caixa aplicados pelas atividades operacionais:																			
Resultado de equivalência patrimonial (174.385) (127.711) 47.125 75.349																			
Resultado de participações minoritárias																			
Variações nos ativos e passivos operacionais																			
Contas a receber de clientes																			
Estoques																			
Créditos tributários																			
Créditos com partes relacionadas																			
Dividendos a receber																			
Outros ativos																			
Aplicações financeiras																			
Depósitos judiciais																			
Fornecedores																			
Empréstimos e financiamentos																			
Passivo de arrendamento																			
Impostos e contribuições sociais																			
Debêntures e notas comerciais escriturais																			
Débitos com partes relacionadas																			
Débitos com acionistas																			
Outros passivos																			
Recursos líquidos aplicados nas atividades operacionais																			
Fluxo de caixa das atividades de investimentos																			
Investimentos																			
Imobilizado																			
Ativo de contrato																			
Ativo direito de uso																			
Intangível																			
Recursos líquidos gerados nas atividades de investimentos																			
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos																			
Dividendos distribuídos																			
Ajuste de avaliação patrimonial reflexa - investida																			
Ajuste de avaliação patrimonial																			
Outros resultados abrangentes																			
Recursos líquidos aplicados pelas atividades de financiamentos																			
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa																			
Demonstração do aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa:																			
No início do exercício																			
No final do exercício																			
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa																			
As demonstrações financeiras completas com o parecer da Auditoria estão disponíveis na sede da empresa.																			

CONTADOR: Marco Adriano Rizo de Farias - CRC RJ 110497/O-9